

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação.

História – Noturno

Disciplina: Monografia.

Professor: Rubens Câmara de Carvalho Filho

O comércio atlântico intra-colonial:

A influência brasileira na África centro-ocidental: a

grande lavoura e o tráfico de cativos

(1648-1703)

Aluno: Diógenes Hudson de Araújo Souto.

Junho/2005.

Diógenes Hudson de Araújo Souto.

O comércio atlântico intra-colonial:
A influência brasileira na África centro-ocidental: a
grande lavoura e o tráfico de cativos
(1648-1703)

Monografia final do curso de História do UniCEUB - 1º Semestre de 2005.

Junho/2005.

“Imploro por uma ilusão...tudo é silencio!

Só o deserto leito, a sala muda!”

ÁLVARES DE AZEVEDO.

“Os fins justificam os meios”.

MAQUIAVEL.

Dedico este trabalho monográfico à
memória dos meus avós Alcides Souto,
Manoel Pacífico e Luzia Olívia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a meus pais Jairo Souto e Regina Coeli, pois foram eles que me estimularam ao gosto pela História. Demonstro com este trabalho, profunda gratidão a minha avó Cecília Isaura e aos meus tios e tias: Lúcia de Fátima, Demétrio, Jorisete, Jório, Rubens, Benjamim, Ana Cristina e José Rui, que sempre me apoiaram. Amo muito vocês! Devo enorme gratidão a meu orientador, o excelentíssimo professor Rubens Câmara de Carvalho Filho, por ter me orientado e auxiliado na execução deste trabalho. Sou muito grato aos professores Delmo Arguelhes e Carlos Panagiotidis, que me auxiliarem no enriquecimento dos meus conhecimentos. Não posso deixar de citar as amizades sinceras conquistadas no decorrer deste curso, que me apoiaram e me ajudaram em todos os momentos. Finalmente agradeço as pessoas que influenciaram em minha existência e na vida acadêmica.

Introdução.

Na historiografia tradicional, atrela a existência e a lógica da colonização moderna ao movimento da expansão ultramarina européia. A recente produção historiográfica procura pensar as conexões entre o reino português e os seus territórios ultramarinos, incorporando a política, a administração, a economia, a religião e as formas de pensamento, embora continue priorizando o tema da Expansão européia.

No arcabouço das novas vertentes historiográficas e formas de pensarem o Império marítimo português, a discussão da formação de um complexo sócio-econômico entre os enclaves portugueses e na América e na África torna-se fundamental, no que diz respeito à própria dinâmica do capital mercantil e aos interesses fiscais da Coroa, quanto à estruturação de uma política imperial, estes enclaves “se complementavam num só sistema colonial”.

Neste contexto bilateral estão visceralmente ligados a grande lavoura açucareira americana e a escravidão moderna imposta ao continente africano. Na ótica mercantil, a África e a América não podem ser pensadas uma sem a outra. As justificações ideológicas cristãs fundem-se em múltiplos significados para o transporte contínuo de indivíduos deste continente através do Atlântico sul.

O tráfico atlântico de escravos modifica de maneira contraditória o sistema colonial, pois, no século XVII interesses brasílicos, se cristalizam nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos de tráfico do marfim negro. O tráfico negreiro surge como a salvação do Império português, responsável pela transmutação da escravidão em escravismo, sistema que extrapola simples operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto e a economia, a demografia, da sociedade e da política da América portuguesa. Estes interesses formalizam-se na introdução de produtos da terra brasílica nos mercados africanos.

“Imploro por uma ilusão...tudo é silencio!

Só o deserto leito, a sala muda!”

ÁLVARES DE AZEVEDO.

“Os fins justificam os meios”.

MAQUIAVEL.

Dedico este trabalho monográfico à
memória dos meus avós Alcides Souto,
Manoel Pacífico e Luzia Olívia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a meus pais Jairo Souto e Regina Coeli, pois foram eles que me estimularam ao gosto pela História. Demonstro com este trabalho, profunda gratidão a minha avó Cecília Isaura e aos meus tios e tias: Lúcia de Fátima, Demétrio, Jorisete, Jório, Rubens, Benjamim, Ana Cristina e José Rui, que sempre me apoiaram. Amo muito vocês! Devo enorme gratidão a meu orientador, o excelentíssimo professor Rubens Câmara de Carvalho Filho, por ter me orientado e auxiliado na execução deste trabalho. Sou muito grato aos professores Delmo Arguelhes e Carlos Panagiotidis, que me auxiliarem no enriquecimento dos meus conhecimentos. Não posso deixar de citar as amizades sinceras conquistadas no decorrer deste curso, que me apoiaram e me ajudaram em todos os momentos. Finalmente agradeço as pessoas que influenciaram em minha existência e na vida acadêmica.

I - Capítulo:

O objeto de estudo proposto tem como finalidade estabelecer uma releitura historiográfica sobre a formação de um espaço econômico bipolar nas possessões sul-atlânticas lusitanas, reunindo num todo uma zona de produção monocultora escravista no litoral da América portuguesa e uma zona de abastecimento de mão-de-obra escrava localizada no estuário do rio Congo e suas adjacências meridionais.

Este espaço econômico rompe totalmente com as concepções tradicionais e padronizadas pelo conceito de “comércio triangular”. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, “o trato negreiro entre a América e a África portuguesa extravasa os parâmetros habitualmente definidos para enquadrar o comércio colonial. A bipolaridade das relações entre os mercadores brasileiros e africanos possui uma dinâmica própria que verga a política portuguesa no Atlântico. Afiguram-se duas series de conseqüências. Em primeiro lugar, as carreiras marítimas reforçam certas aristocracias negreiras africanas e ampliam a oferta de escravos nos portos de trato. Em segundo lugar, esses fluxos estimulam o intercambio com a África, contribuindo para fixar capitais e equipamentos de navegação nesse setor e, por fim, para diminuir os de transporte no Atlântico sul”¹. Dessa forma o tema revela-se com uma abordagem sugestiva e original; ocasionado pela contínua e intrigante cadeia de fatos e personagens envolvidos na conformação de alianças para o abastecimento sistemático das plantations americanas através da mão-de-obra cativa africana.

1.1- A abordagem historiográfica.

¹ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. p. 116.

Tendo como referência o tempo, o objeto específico para o conhecimento histórico será os homens e as sociedades no tempo. De acordo com José Carlos Reis: “a História só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. A reescrita contínua da história torna-se, então, uma necessidade”². Dessa forma, a reflexão histórica é impraticável no imediatismo dos acontecimentos, devido a influências sociais ou pessoais, sendo endógenas ou exógenas ao pensamento crítico, carecendo de um distanciamento para sua melhor interpretação, isto é bastante claro em outra afirmativa de José Carlos Reis: “o passado é uma referência de realidade, sem a qual o presente é pura irreflexão”³.

Com as contínuas modificações sobre o conhecimento histórico, devido à temporalidade das obras históricas, isto é, o surgimento de novas técnicas de pesquisa, novas teorizações, novos contextos e novas formas de abordagem, trazem à tona novos quesitos de referência, elaborando e caracterizado as formas cíclicas da História, em detrimento à um pensamento de uma História linear, uma verdade histórica. Corroborar José Carlos Reis: “pensamos a verdade histórica com os conceitos de interpretação e de compreensão, que implicam reconstruções temporais parciais, múltiplas, relativas, não-definitivas e ao mesmo tempo racionais, não-subjetivistas e não-relativistas. Interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico determinado em uma época determinada; compreender é, a partir dessa atribuição de sentido, autolocalizar-se no tempo, retendo, articulando e integrando suas próprias dimensões temporais. Cada mundo histórico é dominado pelo tempo e muda. As suas interpretações e autocompreensões também mudam, sem deixar de se referir a ele em um de seus momentos”⁴.

Para tanto, o conhecimento crítico da historiografia anterior à sua contemporaneidade e é de suma importância para que o historiador possa produzir com uma objetividade mais apurada, procurando oferecer uma interpretação controlável racionalmente e, para isso, deve apoiar em problemas, conceitos e documentos⁵. A importância do conhecimento da historiografia é fundamental nas análises referente as

² José Carlos Reis. *As identidades do Brasil: “de Varnhagen à F.H.C.”*. p. 7.

³ Idem, *ibidem*. p. 8.

⁴ Idem, *ibidem*. p. 10.

⁵ Idem, *ibidem*. p. 12.

mudanças interpretativas dos processos históricos, haja vista que, “a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza”⁶. Desse modo, cada uma das escolas históricas, analisadas pela historiografia, enganam-se em pensarem ter atingindo a plenitude da “verdade histórica”.

A releitura bibliográfica sobre o comércio atlântico intra-colonial envolve as áreas de plantations açucareiras na América e as zonas de abastecimento de mão-de-obra escrava, cujo seu principal entreposto comercial era a ilha e o perímetro urbano de São Paulo de Luanda, ambas as regiões sob domínio lusitano no Atlântico sul. A delimitação cronológica situa-se entre os anos de 1648 e 1703, datas fundamentais de gestação e de consolidação da influência brasílica nas regiões africanas centro-ocidentais, situando esta estrutura dentro do contexto político e econômico do sistema colonial português seiscentista.

O estudo proposto visa também à análise do tema dentro da abordagem da História social⁷, fazendo interface com a nova História política⁸, através de seus processos como os movimentos políticos e os sociais, além das relações entre as unidades políticas e os seus mecanismos de controle⁹, como as guerras e os entrepostos comerciais. Outro tentáculo a ser analisado e visceralmente relacionado a este objeto de estudo é a História econômica¹⁰, também como interface, pois o desenvolvimento do tema abrange a problemática da hierarquização social e o posicionamento das classes sociais em relação ao trabalho (o tráfico) e à propriedade (os cativos)¹¹.

Através da perspectiva da revisão historiográfica, serão feitas releituras de obras de autores brasileiros dedicados a esta temática como Luiz Felipe de Alencastro e Evaldo Cabral de Mello; de estudiosos “brasilianistas” como Charles Ralph Boxer, além de estudos de pesquisadores do escravismo moderno como o inglês Robin Blackburn, bem como bibliografias de conhecedores da nova História africana, dentre os quais Jonh Fage e

⁶ Idem, *ibidem*. p. 9.

⁷ Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas. *Domínio da História: Ensaio da Teoria e Metodologia*. pp. 45-59.

⁸ José d' Assunção Barros. *Campo da História: Especialidades e Abordagens*. pp. 106-7

⁹ Idem, *ibidem*. p. 108.

¹⁰ Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (org). *op. cit.* pp. 27-43.

¹¹ José D' Assunção Barros. *op. cit.* pp. 125-32.

Adriano Parreira. Além de uma reflexão analítica sobre as obras mencionadas na bibliografia proposta.

A obra fundamental para o desenvolvimento deste estudo é *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico sul* de Luiz Felipe de Alencastro. O autor neste seu estudo aborda a complexidade das relações socioeconômicas entre as duas margens do Atlântico sob o domínio da Coroa lusitana, durante o período colonial, utilizando como método de análise a Nova História Social, fazendo a análise do micro e macro poderes envolvidos no tráfico negreiro apontando como base para a identidade do povo brasileiro sua formação de fora para dentro, isto é, da África para a América, devido às transações umbilicais do comércio instituídos pelos portugueses para a exploração da *plantation* açucareira, e posteriormente da mineração, trazendo um novo conceito para a discussão sobre o comércio triangular entre a Europa, a África e a América¹², levando em consideração as mercadorias perecíveis deste peremptório comércio sul atlântico e as deficiências de fiscalização dos funcionários da Coroa portuguesa.

Dessa forma, sua análise considera ainda a inclusão de produtos da América portuguesa nas permutas para a aquisição de escravos nas feiras interioranas e entrepostos de aquisição de mão-de-obra escrava africana, como os *nzimbus*¹³, a mandioca¹⁴, o fumo e a cachaça ou geribita¹⁵. E atuação dos governadores brasílicos na ilha de São Paulo de Luanda, dentre eles João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, na política de devastação da unidade política do reino baongo do Congo, tomada como objetivo principal, pois esta monarquia representava uma fonte potencial de aquisição de mão-de-obra escrava¹⁶.

Outra importante obra para este estudo é *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)* do estudioso pernambucano Evaldo Cabral de Mello, elaborada sob base documental e seguindo a linha de pensamento da Nova História Social, fazendo tangência com o imaginário da Restauração pernambucana. O autor analisa os efeitos transcorridos durante o período da invasão holandesa no Nordeste açucareiro e seu

¹² Luiz Felipe de Alencastro. op.cit, pp. 105-16.

¹³ Idem, ibidem, pp. 256-9.

¹⁴ Idem, ibidem. pp. 251-6.

¹⁵ Idem, ibidem. pp. 307-25.

¹⁶ Idem, ibidem. pp.271-9.

posterior desenlace, que se dará com a “compra do Nordeste”, mediante o tratado de Breda entre Portugal e a República Unida dos Países Baixos, em 1669¹⁷. A questão do imaginário do panteão restaurador pernambucano, as figuras do reinol e do mazombo estão visceralmente interligada com o complexo econômico estabelecido entre a zona monocultora de açúcar e a zona fornecedora de escravos. Suas contribuições na expulsão dos holandeses do perímetro monocultor, levou-os aos mais importantes cargos dentro da hierarquia administrativa do Império português no Atlântico sul.

Merecem referências às obras *O império marítimo português (1415-1825)*, Salvador Correia de Sá na luta pelo Brasil e Angola (1602-1684) e *Os holandeses no Brasil (1624-1654)* do estudioso inglês Charles Ralph Boxer. No primeiro estudo, o autor faz uma síntese sobre as conjecturas formadora da talassocracia portuguesa, desde a tomada da cidade-fortaleza de Ceuta até o tratado de reconhecimento de independência do Brasil. Para este estudo, grande valia é a análise do autor sobre o século XVII, dado o momento histórico da encarniçada luta entre lusitanos e holandeses pela posse dos domínios costeiros na Ásia, na África e na América.

Na segunda obra, Boxer estrutura sua argumentação científica baseada nas relações de poder de uma figura importante dentro do quadro administrativo do Império português e seus interesses particulares nas duas margens do Atlântico sul. Contudo, analisa um dos mais conturbados momentos da História de Portugal, descrevendo a fragilidade do domínio imperial sobre seus vassalos de além-mar. Nas duas obras o autor utiliza vastíssima base documental, utilizada para a análise das relações de poder na talassocracia portuguesa.

No terceiro trabalho, Boxer faz um apanhado geral sobre a permanência dos holandeses na colônia da América portuguesa, mas, para este estudo é de fundamental importância sua explanação entre o período de 1649 a 1669. Dessa forma o autor faz um balanço sobre a derogada do domínio batavo no Nordeste açucareiro¹⁸, e as conseqüentes negociações diplomáticas devido à reação dos holandeses pela perda deste perímetro monocultor¹⁹ e os procedimentos diplomáticos bilaterais que desaguaram na restituição do Nordeste açucareiro à Coroa Bragantina. Bastantes sugestivos também são seus apêndices,

¹⁷ Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil*. pp. 227-53.

¹⁸ Charles Ralph Boxer, *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. pp. 340-52.

¹⁹ Idem, *ibidem*. pp. 357-60.

que tratam dentre outros assuntos, do papel desempenhado por personagens importantes do período neerlandês no Brasil, como o Conde João Mauricio de Nassau-Siegen, e “vultosas” figuras do panteão restaurador pernambucano, como João Fernandes Vieira, além dos gráficos demonstrativos da economia desta região, como a exportação de açúcar e a importação de mão-de-obra escrava, durante o período de 1624 à 1654.

A obra *A construção do escravismo no Novo Mundo, do Barroco ao Moderno (1492-1800)* do historiador inglês Robin Blackburn. O autor faz um panorama sobre a conformação da escravidão após a “Reconquista Cristã” na península Ibérica e sua estruturação nas colônias de ultramar durante a Idade Moderna, pelos reinos de Espanha e, principalmente Portugal. Corroborar o fato da posterior participação de outras unidades políticas européias no tráfico negreiro como a Holanda, a Inglaterra, a França, a Dinamarca, a Suécia e o Brandemburgo, e suas subseqüentes estratégias para abocanhar uma fatia deste lucrativo comércio em terras africanas. Seu texto é baseado em fontes documentais e utiliza a nova História social para sua abordagem contextual. Dessa forma, de grande valia para o estudo são suas análises sobre o comércio transatlântico de escravos²⁰, os interesses e as disputas territoriais dos holandeses na África e na América sob controle português²¹, além do novo papel desempenhado pelos batavos no tráfico negreiro após sua expulsão das possessões lusitanas no Atlântico sul²².

Do ponto de vista da História africana, a obra *História da África* do historiador inglês Jonh Fage. O autor faz uma síntese sobre a História africana desde os primórdios até o início da década de 1990. No entanto, o interesse desta obra para este trabalho delimita-se na expansão comercial européia na África centro-ocidental durante os séculos XV e XVIII. Fage faz uma abordagem dentro dos quadros da Nova História social, apontando as particularidades do comércio entre os mercadores europeus e as elites políticas e econômicas da África. Organiza sua argumentação no início do empreendimento europeu²³, a primeira fase de impacto do comércio mundial na África tropical, isto é, o mercado e a

²⁰ Robin Blackburn. *A construção do escravismo no Novo Mundo do Barroco ao Moderno (1492-1800)*. pp. 215-9.

²¹ Idem, ibidem. pp.234-6.

²² Idem, ibidem. pp. 259-65.

²³ Jonh Fage, *História da África*. pp. 231-60.

exportação de mão-de-obra escrava²⁴ para as zonas monocultoras, e salienta a situação da África ocidental e tropical durante o período do tráfico de escravos africanos²⁵ para a outra margem do Atlântico.

A obra *Economia e Sociedade em Angola na época da Rainha Nzinga (século XVII)* do antropólogo português Adriano Parreira. Devido à sua formação acadêmica, o autor permeia seu estudo através da História antropológica, fazendo observações importantes para a compreensão do estilo de vida na região durante o período abordado. Parreira, tenta refazer as dinâmicas de produção existentes neste perímetro, enfatizando vinculação das mais variadas etnias locais²⁶ nas redes de tráfico de mão-de-obra escrava, os seus mercados²⁷ e mercados interioranos²⁸, além de estipular sobre o sistema monetário da região durante este período²⁹. Faz também uma conexão com a complexidade política imposta na região, devido o surgimento de um elemento novo nesta zona de trato, os holandeses. Os portugueses até 1641 detinham um certo grau de hegemonia sobre a política dos reinos bantos e o monopólio comercial do tráfico de escravos, mas com a política holandesa de invasão dos potentados lusitanos no Atlântico sul, esta situação é levada a desconfiguração, com a política de alianças entre os soberanos africanos³⁰ e os dois rivais comerciais europeus, corroborando essas alianças no sentido do controle dos mercados interioranos e das rotas comerciais de tráfico³¹ e por fim, com a expulsão dos holandeses desta área, com resultaram a nova dinâmica política entre os chefias africanas e os portugueses, enfatizando a personagem da rainha Nzinga no binômio da guerra e do comércio³², para a obtenção de mão-de-obra nas circunvizinhanças.

Outros textos que destacam a introdução dos produtos brasílicos como moeda de troca nos pumbos interioranos e nos entrepostos litorâneos para a aquisição de mão-de-obra escrava na África são escritas em forma de artigo e organizadas em obras coletâneas, sendo assim os textos sobre a “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e

²⁴ Idem, *ibidem*. pp. 261-81.

²⁵ Idem, *ibidem*. pp. 283-308.

²⁶ Adriano Parreira, *Economia e sociedade em Angola: na Época da Rainha Nzinga, Século XVII*. pp. 155-60.

²⁷ Idem, *ibidem*. pp. 126-30.

²⁸ Idem, *ibidem*. pp. 118-23.

²⁹ Idem, *ibidem*. pp. 82-5.

³⁰ Idem, *ibidem*. pp. 175-9.

³¹ Idem, *ibidem*. pp. 183-91.

³² Idem, *ibidem*. pp. 197-201

guerra no tráfico angolano de escravos (seculo XVIII)” do historiador brasileiro Roquinaldo Ferreira, e “Vinho versus cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda (c. 1648-1703)” do historiador latino-americano José C. Curto, são de suma importância para o desenvolvimento do estudo proposto, dada a qualidade de informações e de referências sobre a temática da inclusão dos produtos da terra brasílica em território africano para a aquisição de mão-de-obra para as plantations americanas. O primeiro texto faz uma amostragem sobre o sistema de trocas comerciais no mercado angolano e suas particularidades envolvendo as questões regionais dos sobados africanos e sua procura emergencial por mercadorias importadas³³. O segundo texto enfoca o combate entre portugueses e brasílicos pelo domínio do mercado de etílicos como moeda para aquisição de escravos no entreposto comercial de Luanda, representados respectivamente pelo vinho e pela cachaça, correspondendo pelas medidas como a proibição da geribita brasílica no comércio luandense e seu conseqüente contrabando nas áreas litorâneas da atual Angola, sendo por fim levado a cabo à suspensão do decreto régio de proibição, fomentado pela preferência do produto brasílico no mercado de cativos da ilha³⁴.

II - Capítulo.

³³ João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. pp. 339-78.

³⁴ Selma Pantoja & José Flávio Sombra Saraiva (org.) *Brasil e Angola nas rotas do Atlântico sul*. pp. 69-97

O pioneirismo do expansionismo lusitano foi alimentado pela ânsia da procura desesperada de cristãos e especiarias³⁵, abrindo o caminho “por mares nunca dantes navegados”, como dizem os versos famosos de “Os Lusíadas”, estendendo os limites do mundo conhecido, trazendo às luzes da “civilização” européia outras regiões continentais e suas civilizações, que pela sua formação sócio-cultural, eram taxados minimamente como “exóticas” aos seus olhares preconceituosos³⁶.

O Atlântico sul português aparece como uma rede de relações econômicas, políticas e sociais, capaz de articular sociedades diversas e abrigar poderes autônomos e interesses comerciais conflitantes, para além do domínio metropolitano lusitano, como o pacto colonial e o sistema escravista implantado na região entre os séculos XVI e XIX. O hábito usual de salientar apenas as relações entre o Brasil e Portugal, descaracteriza a realidade pelo fato de estarmos diante de uma ampla rede de ligações mercantis atreladas a interesses pessoais e na maioria das vezes a laços de parentesco.

As ligações econômicas e políticas entre as partes deste complexo sul-atlântico tornam-se tão importantes quanto suas ligações como poder metropolitano. Ao mesmo tempo, a dinâmica imperial passa a ser analisada também do ponto de vista político e administrativo, resultando numa ampla cadeia hierárquica de poder e prestígio, capaz de mostrar os nexos entre os dois lados do Atlântico, a proximidade de interesses e das tensões sócio-econômicas entre a *plantation* açucareira americana e o mercado especializado em mão-de-obra escrava africana.

2.1- A expansão atlântica portuguesa.

³⁵ Janaína Amado & Luiz Carlos Figueiredo. *O império marítimo português (1415-1580)*. p. 8-9.

³⁶ Caio Prado Junior, *História econômica do Brasil*. p.32.

O movimento expansionista português tem sua gênese na luta entre cristãos e maometanos pelo controle das terras da Península Ibérica. Desde a derrogada do poderio visigótico-cristão perante o irresistível assalto árabe às zonas de influencia, em 711, manteve-se na montanhosa região das Astúrias uma ativa resistência diante do invasor islâmico. Neste bastião da Cristandade Ocidental, conforme se dava a expulsão do elemento “invasor” para o sul, estas áreas “reconquistadas” desenvolviam-se várias formações políticas atreladas ao sistema feudal em vigência. Dentre os vários feudos doados aos nobres que obtinham êxito no front ocidental das Cruzadas, o situado entre o rio Douro e o rio Minho, denominado Condado Portucalense, doado a Dom Henrique de Borgonha entre os anos de 1096 e 1100.

A entrega deste Condado a D. Henrique de Borgonha pelo rei Afonso VI de Leão e Castela, não predizia ao território uma autonomia maior do aos outros domínios senhoriais que mantiveram sempre relações de vassalagem com o suserano. Apesar de bisneto de um rei francês, o cavaleiro D. Henrique era o quarto filho do duque de Borgonha e ocupa um lugar inferior na hierarquia nobiliárquica em relação seu primo Raimundo, que foi premiado com os domínios da Galícia e a mão da primogênita do rei leonês-castelhano, vindo o rebento de Raimundo suceder o avô no trono, com o nome de Afonso VII. Para D. Henrique ficou a bastarda do rei, D. Teresa, e desta união matrimonial resultou o nascimento de D. Afonso Henriques³⁷.

Dom Afonso Henriques alargou o território à custa de regiões mouriscas e leonesas, assumindo unilateralmente o título de rei de Portugal³⁸, após ter derrotado os fiéis de sua mãe, perto de sua futura capital, a cidade de Guimarães. Logo a seguir, a documentação oficial passa a exibir um emblema com uma cruz e a palavra Portugal. Só após sucessivas vitórias, D. Afonso Henriques apoiado pela nobreza lusitana, origina um dos mitos fundadores da nacionalidade portuguesa, a Batalha de Ourique em 1139³⁹. Em 1143, Afonso VII de Leão reconhece finalmente a independência de Portugal, ao admitir o título de rei usado pelo seu parente (Tratado de Zamora). Este apressasse a declarar vassalagem do novo reino ao sucessor de São Pedro, porém, o reconhecimento formal da Santa Sé só

³⁷ Fábio Pestana Ramos, *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. pp. 19-21.

³⁸ O autor expõe que o episódio de declaração unilateral da independência portuguesa é a marca inicial do ódio entre portugueses e espanhóis. Idem, *ibidem*. p. 22.

³⁹ José Armando Saraiva, *História de Portugal*. p. 69.

chegará no ano de 1179, no pontificado do papa Alexandre III, através da Bula *Manifestis probatum*⁴⁰.

Neste período, o continente europeu passava por profundas modificações no campo econômico. Uma dessas mudanças foi o surgimento, nas rotas comerciais terrestres das grandes feiras orientais⁴¹, como a de São Demétrio, na Península Balcânica, e as notáveis feiras de Champanhe⁴², no atual território francês. No entanto, a prosperidade comercial no norte da Europa, via Champanhe, era uma realidade consumada do desenvolvimento das atividades citadinas em detrimento das estruturas feudais do ocidente europeu cristão. Contudo, no século XIII as dificuldades de transporte por terra conduziram à necessidade de alternativas para a realização do tráfico comercial com as regiões do Canal da Mancha e os circuitos comerciais do Mar Báltico⁴³. Essa necessidade levou a abertura de novas rotas marítimas, primeiro via cidade do Porto e, depois, por Lisboa. Os lusos passaram da posição de intermediários para distribuidores, o que não significa que não tenham continuado a existir, embora de forma secundária, atravessadores portugueses lidando diretamente com os produtos importados do Levante. Comerciantes da península Itálica e da Catalunha⁴⁴, pouco antes de estabelecerem-se como principais intermediários entre o Oriente e o Ocidente, fixaram colônias em vários pontos de Portugal, fundando vários entrepostos comerciais onde os gêneros orientais eram negociados com mercadores lusitanos que, por sua vez, encarregavam-se de distribuí-las nas áreas do norte europeu, via marítima⁴⁵. A importação de gêneros básicos e a exportação de bens manufaturados

⁴⁰ Idem, ibidem. p. 565. & A. H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*. p. 37.

⁴¹ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o jogo das trocas*. pp. 14-22.

⁴² Idem, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. pp. 90-4.

⁴³ Idem, op.cit. pp. 72-4.

⁴⁴ “A Catalunha fora tradicionalmente o centro de império mercantil no Mediterrâneo: Barcelona era a maior cidade da Espanha medieval e seu patriarcado urbano, a classe mercantil mais rica da região. A prosperidade catalã, no entanto, sofrera penosamente durante a longa depressão feudal. As epidemias do século XIV fustigaram o principado com particular violência, retornando repetidas vezes, depois da própria Peste Negra, para devastar a população, que decrescia em mais de um terço entre 1365 e 1497. As bancarrota comerciais foram aumentadas pela agressiva concorrência de genovesa no mar Mediterrâneo, enquanto os pequenos mercadores e as corporações artesanais revoltadas contra o patriarcado nas cidades... Finalmente uma guerra civil entre a monarquia e a nobreza, que atraiu para seu torvelinho outros grupos sociais, enfraqueceu ainda mais a economia catalã”. Dessa forma, os capitalistas catalães afastaram-se do florescente projeto expansionista econômico europeu do século XV. Perry Anderson, *As linhagens do Estado Absolutista*. p. 62.

⁴⁵ Fabio Pestana Ramos. op. cit., p. 24.

representaram primordialmente um excelente negócio para o Reino ibérico, sendo visível o sucesso da balança comercial portuguesa.

O ideal cruzadístico impulsionou os exércitos católicos do reino português para o sul da Península, conquistando terras do “invasor mulçumano”. Contudo, analisa Charles Ralph Boxer, “com a conquista de Silves, o último baluarte mouro na província (ou reino como era tecnicamente chamado) mais meridional, o Algarve, em 1249, Portugal definiu o que praticamente são suas fronteiras nacionais atuais. Assim Portugal foi o primeiro Estado-nação europeu moderno como também, expulsou os invasores mulçumanos de seu solo aproximadamente dois séculos antes que a conquista de Granada moura, por Fernando e Isabel (1492), confirmasse a predominância de Castela sobre o restante da Península Ibérica⁴⁶”.

Ao longo da Dinastia de Borgonha (1139-1383) a política de casamentos cruzados entre as famílias reais da Península Ibérica Cristã (Portugal, Leão, Castela, Aragão e Navarra) devido às variações sucessivas dos eventos na região, principalmente pela presença moura e a rivalidade com o poderoso vizinho, quase conduziram a monarquia lusitana ao mesmo destino dos demais reinos peninsulares que acabaram compondo-se no Estado espanhol, sob a hegemonia da Coroa castelhana.

Os casamentos cruzados e as constantes escaramuças com a Coroa rival castelhana durante o reinado do rei D. Fernando I, último rei da Dinastia dos Borgonha, levaram ao casamento de sua filha, com apenas onze anos de idade, com o rei castelhano D. João I. quando D. Fernando morreu, em 1383, o soberano de Castela preparou-se para reclamar a herança de sua mulher. A maioria esmagadora da classe nobiliárquica lusitana foi guiada pela rainha-viúva D. Leonor Teles, e seguiu a dominante mentalidade feudal e reconheceu a soberania da menina rainha D. Beatriz, conforme os tratados assinados pelo falecido rei. Foi o Mestre de Avis, D. João, filho bastardo do rei D. Pedro I e meio-irmão de D. Fernando, com o apoio da incipiente burguesia e da arraia-miúda lisboeta, quem expulsou da capital os partidários da causa castelhana. A Revolução de Lisboa foi o grito de guerra que ecoou por todo o país e levou muitas cidades e castelos a tomarem a voz pelo Mestre de

⁴⁶ Charles Ralph Boxer. *O império marítimo português (1415-1825)*. p.18

Avis, contra os castelhanos⁴⁷. Após vários sucessos militares, as Cortes de Coimbra de 1385 aclamaram o Mestre de Avis, rei de Portugal com o nome de D. João I, e a vitória de Aljubarrota (agosto de 1385), selou a independência lusitana na Península Ibérica. A Dinastia de Avis (1385-1580) garantiu a soberania do reino português, mas a mentalidade nobiliárquica continuou a mesma e com ela a política dos casamentos cruzados e a tentativa de afirmação de potencia regional.

Durante o século XV, o reino lusitano gozou de relativa estabilidade política, ao não se envolver em conflitos externos e tampouco por apresentar distúrbios sociais internos significativos⁴⁸. Esta estabilidade favoreceu a expansão portuguesa pelas regiões da África, da Ásia e da América. Desde a “Reconquista cristã”, a influência na política portuguesa é estabelecida entre a fidalguia (aristocracia militar) e Igreja romana⁴⁹. A Igreja católica apostólica romana foi uma instituição autônoma dentro da ótica atomizada do feudalismo, que além de controlarem vastos domínios territoriais em várias áreas do continente europeu, detinham o controle temporal do Patrimônio de São Pedro, no centro da Península Itálica, sendo a ordem monopolizadora da ideologia religiosa no velho continente, dominando os valores e as crenças de massa no seio da Cristandade, rompidas na frente oriental com o Grande Cisma do Oriente, em 1054, e na frente ocidental com as Reformas Protestantes do século XVI. Então a Coroa portuguesa apoiou-se no ideal cruzadístico para a justificação das “conquistas” fora da Europa, considerando-se a “paladina na defesa da fé católica”⁵⁰ contra os infiéis muçulmanos e os pagãos da África, da Ásia e da América.

O rei João I (que reinou de 1385 a 1433), e seus filhos Duarte (1391-1438), Pedro (1392-1449) e Henrique (1394-1460) foram os primeiros de uma sucessão de governantes profundamente devotados à continuidade da expansão pela captura do norte da África e busca de um caminho marítimo até as fontes de suprimento das caravanas do Saara que traziam ouro, especiarias e escravos para o litoral norte africano. As viagens marítimas empreendidas por Portugal devem ser consideradas em primeiro lugar como uma dimensão particular de fenômenos mais amplos que tiveram lugar na Europa da época. A Espanha teve papel tão relevante quanto Portugal nas navegações. Para que estas fossem possíveis,

⁴⁷ Fabio Pestana Ramos. *op. cit.* pp. 25-7.

⁴⁸ Charles Ralph Boxer. *op. cit.* p. 18.

⁴⁹ Robin Blackburn. *op. cit.* p. 126.

⁵⁰ Charles Ralph Boxer. *op. cit.* p. 116.

estiveram em jogo fatores que variaram desde a difusão de idéias no continente europeu até a situação geográfica privilegiada dos reinos ibéricos, especialmente Portugal, em relação ao oceano Atlântico. As técnicas e os conhecimentos, desenvolvidos por marinheiros e estudiosos italianos no Mediterrâneo, assim como conhecimentos de astronomia, náutica, instrumentos de orientação e matemática (em particular o uso de numerais arábicos ou hindus em cálculos), difundidos por muçulmanos e judeus na península Ibérica, foram de grande importância nesse processo⁵¹.

Os objetivos alcançados durante a Cruzada na Península Ibérica, impulsionaram os portugueses a invadirem a Berbéria, e tomarem a cidadela mourisca de Ceuta, próxima das colunas de Hércules no ano de 1415, transformando-a em base fortificada cristã em território sarraceno. Este episódio épico teve grande repercussão na Cristandade. A manutenção de postos avançados no Marrocos trazia grande prestígio para o projeto expansionista, apesar de oneroso e hostil devido às condições adversas da região.

Sob o patrocínio do filho do primeiro monarca da Dinastia de Avis, o Infante D. Henrique, iniciou-se o projeto expansionista lusitano, com expedições atlânticas, que tinham como objetivo principal contornar as forças maometanas instaladas na região do norte africano e descobrir o acesso marítimo as rotas do ouro e das especiarias asiáticas. Com a conquista de Ceuta, os portugueses tiveram acesso às informações geográficas e comerciais do continente africanas que foram transmitidas por mercadores de origem hebraica, por terem uma ampla liberdade de comerciar dentro dos territórios administrados pelos muçulmanos no norte da África. Além disso, nestas expedições numerosos sábios judeus utilizavam seus conhecimentos matemáticos, astronômicos e náuticos, adquiridos pelo contato com as obras e a cultura islâmica, na causa expansionista portuguesa. As expedições do período henriquino (1415-1460) revelariam as grandes façanhas do projeto imperial lusitano, destacando-se em 1434, o contorno do cabo Bojador limite geográfico do mundo conhecido pelos europeus até então, e a redescoberta das ilhas Atlânticas.

Com a transposição do temido cabo Bojador foram fundadas fortificações comerciais e militares, que tinham por finalidade mercantil desviar parte do comércio

⁵¹ Sobre o papel da herança da ciência islâmica medieval no desenvolvimento de conhecimentos náuticos em Portugal, ver Luis Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. pp. 197-203.

saarino, principalmente do ouro, mas os exploradores portugueses nunca tiveram acesso a fonte extrativa do ouro africano, devido ao caráter interiorano deste comércio, sediado na cidadela tuaregue de Timbuctu (Tombuctu)⁵². As feitorias lusitanas como Axim (1442) e São Jorge da Mina (1482), além de intimidarem os nativos africanos, também desviavam grande parte do ouro em pó africano, além de prosperarem com o lucrativo comércio de produtos exóticos da Guiné, como pimenta-malagueta, animais silvestres e o tráfico de escravos⁵³. O monopólio deste tráfico era exclusivo do Infante navegador, passando para o controle régio apenas em 1481. Na mesma condição do comércio com o mar Báltico no século XII, as mercadorias utilizadas pelos portugueses no comércio guineense eram oriundos em grande parte de outras regiões européias. No tocante sobre o tráfico escravista, os portugueses recorreram aos sucessores de São Pedro para legitimá-lo. Dessa forma, uma série de ordenações episcopais, as “bulas papais”, serviram para justificar as conquistas, através da religião, entre elas a *Dum diversas* (18/06/1452) que desculpava o ataque, a conquista e a submissão dos infiéis, a *Romanus pontifex* (08/01/1455) que dava razão ao imperialismo português e a *Inter cetera* (13/03/1456) que dava jurisdição específica a “Ordem de Cristo”.

A redescoberta da ilha da Madeira (1419), do arquipélago dos Açores (1439) e das ilhas de Cabo Verde (1456-1460) no Oceano Atlântico, levaram os portugueses a adquirirem experiência necessária para a colonização ultramarina e para produção pré-capitalista agro-comercial. O Infante D. Henrique patrocinou a produção açucareira nestas ilhas, vendo nesta atividade econômica a chave para a colonização efetiva e lucrativa das conquistas insulares, distribuindo às ordens religiosas e aos capitães-donatários concessões de terras para o cultivo, fazendo experiências com a utilização da mão-de-obra mista (assalariada e escrava), empreendimento este financiado com capitais das cidades-Repúblicas italianas⁵⁴ e dos Países Baixos. O grande sucesso no empreendimento insular guiou os portugueses a transplantarem os métodos agro-mercantis e a estrutura administrativa para a sua colônia sul-atlântica, após o início da tendência de declínio do rentável comércio marítimo de artigos de luxo e de especiarias orientais.

⁵² Idem, ibidem. p.44-45.

⁵³ “Os primeiros negros foram descobertos pelos portugueses no Senegal, em 1445, na viagem de Dinis Dias”. José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte*. p.2.

⁵⁴ Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil: 1500-1820*. pp. 95-96.

A cada expedição eram transpostas sucessivamente as barreiras austrais dos mares do ocidente africano. A percepção do lucrativo comércio negreiro fez que os portugueses e seus descendentes mulatos desbravassem cada vez mais as trilhas do interior do continente africano, participando ativamente do tráfico interiorano de escravos, formando uma cadeia de ligações com a orla marítima para a exportação dos cativos, contribuindo enormemente para que o idioma lusitano surgisse como língua franca no comércio do marfim negro, estes indivíduos eram conhecidos pelas tribos nativas como “tangomãos ou lançados”.

Paralelamente aos fatores acima mencionados, é preciso considerar o empenho de príncipes como Henrique, o Navegador, e o rei D. João II (cujo reinado estendeu-se de 1481 a 1495), que patrocinaram um desenvolvimento inédito nas áreas de engenharia naval, instrumentos, astronomia náutica e cartografia. As técnicas desenvolvidas por italianos no Mediterrâneo tiveram que ser adaptadas pelos portugueses (e espanhóis) às condições radicalmente diversas de navegação no oceano Atlântico. Este acontecimento enfatiza a importância de tal processo na constituição, em Portugal, de um saber fundamentado no raciocínio metódico e na observação empírica. Esse processo decorreu da necessidade de observação sistemática das condições meteorológicas que diziam respeito à regularidade dos ventos e marés e, mais especialmente, da observação de corpos celestes associada a cálculos geométricos, para a determinação da posição dos navios nos oceanos. O uso feito pelos portugueses da astronomia náutica para orientação constituiu uma forma de navegação inteiramente nova, que implicou a invenção de técnicas, tabelas, mapas e instrumentos. O crescimento desse saber empírico foi fruto da colaboração entre estudiosos e marinheiros, que eram ensinados a usar as novas técnicas e em geral proviam um *feedback* quanto a seu ajustamento e eficácia⁵⁵.

2.2- O reino do Congo.

⁵⁵ Fábio Pestana Ramos, op. cit. pp. 45-73.

Em uma dessas expedições rumo ao sul da África, Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire em 1483 e entrou em contato pela primeira vez o mani Nsoyo, chefe da localidade na qual aportara, pertencente ao reino do Congo. O Congo era um forte e estruturado reino, cuja chefia máxima cabia ao Mani Congo. Formado por grupos de etnia bantu, especialmente os bakongo⁵⁶. O território abrangia grande extensão da África Centro-Ocidental e se compunha de diversas províncias, algumas eram administradas por membros de uma nobreza local que assumiam os cargos de chefia há gerações, sendo o controle político mantido por uma mesma linhagem, enraizada no local, e outras províncias eram administradas por chefes escolhidos pelo rei dentre a nobreza que o cercava na capital. A unidade do reino era mantida a partir do controle exercido pelo Mani Congo, cercado por linhagens nobres que teciam alianças principalmente por meio do casamento, mas era também fortalecida pelas relações comerciais e políticas entre as diversas regiões. O centro de poder localizava-se na capital, Mbanza Kongo, de onde o rei administrava a confederação juntamente com um grupo de nobres. A formação do reino parece datar do final do século XIV, a partir da expansão de um núcleo localizado a noroeste de *Mbanza Kongo*⁵⁷.

A cidade de São Salvador, nome atribuído a *Mbanza Kongo*, após a conversão do rei dos congoleses ao cristianismo em 1491, chegou a ter cerca de 60.000 habitantes no século XVII, sendo que de 9 a 12.000 desses não estavam diretamente engajados na produção. Desde antes do contato com os portugueses, até meados do século XVII, a capital foi um ímã que unia as diferentes linhagens nobres, e a base da solidez do Congo, pois mesmo quando eram travadas lutas sucessórias entre as chefias, tudo se resolvia em função da centralização política em São Salvador do Congo. As diferentes linhagens sempre preferiam aderir ao grupo que no momento dominasse a política da capital, a tentar a separação. Quando os portugueses chegaram ao Congo, encontraram ali grandes mercados regionais, nos quais produtos específicos a certas áreas como sal, metais, tecidos e derivados de animais eram trocados por outros, e um sistema monetário, no qual conchas chamadas nzimbu⁵⁸, coletadas na região da ilha de Luanda, serviam de unidade básica. O estreitamento das relações com os portugueses intensificou o comércio regional e o

⁵⁶ Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra-I*. pp.232-3.

⁵⁷ José Carlos Rodrigues, *Pequena História da África Negra*. P.70.

⁵⁸ José Carlos Venâncio. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII*. pp.149-50.

internacional e aumentou a importância dos comerciantes, muitos deles não congoleses. O Congo não era uma nação voltada para o comércio, exercido em grande parte pelos naturais de Loango, e posteriormente controlado pelos portugueses de São Tomé e de Angola e pelos holandeses. Mas, era o comércio, principalmente de escravos, e o controle das minas, sempre aquém das expectativas, os principais interesses dos portugueses no Congo quando ali chegou o navegador lusitano Diogo Cão.

D. João II enviou Diogo Cão, no ano de 1485, em mais uma expedição marítima que foi dar no estuário do rio Zaire. Instruídos para estabelecer contatos pacíficos e acompanhados de intérpretes conhecedores de línguas africanas, os enviados do rei português tomaram conhecimento da cidade real no interior do continente e para lá enviaram emissários. Como estes demorassem a voltar, retidos na corte congolesa pela curiosidade que despertou o que contavam, os navios portugueses, recusando-se a esperar, zarparam sem eles, levando alguns reféns. Em Portugal esses foram tratados como amigos e aprenderam um pouco dos hábitos, da religião e da língua do reino. Conforme o prometido, nova expedição trouxe de volta os congoleses capturados, agora “ladinos”, juntamente com uma embaixada e presentes para o mani congo, retorno este amplamente festejado.

Disposto a abraçar a fé de Cristo, o mani congo enviou, em 1489, uma embaixada para o rei português que foi presenteado com tecidos de palmeiras e objetos de marfim, formalizando seu desejo de se converter ao cristianismo e pedindo o envio de clérigos, assim como de artesãos, mestres de pedraria e carpintaria, trabalhadores da terra, burros e pastores. Deixando claro, seu desejo de que doravante os dois reinos se iguallassem nos costumes e na maneira de viver, solicitando que alguns jovens, enviados com a embaixada, fossem instruídos na fala, escrita e leitura latinas, além dos mandamentos da fé católica. E, com efeito, durante todo ano de 1490 os enviados do rei do Congo permaneceram em Portugal, aprendendo o português, os mandamentos da fé católica e os costumes da sociedade portuguesa. Na expedição lusitana posterior, o Mani Congo e os chefes tribais que o cercavam foram imediatamente identificados como o rei e sua corte; os nobres congoleses associados aos fidalgos portugueses e os cargos administrativos e honoríficos foram chamados pelos equivalentes europeus. A relação tornou-se mais forte quando o mani Congo foi batizado, tomando o nome do rei de Portugal e os outros fidalgos, nomes

de fidalgos da “Casa d’El-Rei de Portugal”, seguindo na linha analógica predominante desde o começo das relações entre os dois povos⁵⁹.

Idealmente a Igreja deveria servir de posto avançado no percurso da expansão portuguesa. O retorno da expedição lusitana seguiu com uma embaixada do rei congolês agradecendo os presentes e favores recebidos, comunicando seu batismo e intenção de multiplicar os conversos (para o que pedia mais padres), oferecendo-se como súdito em troca do apoio militar recebido e finalmente expressando sua intenção de enviar um embaixador diretamente a Roma, a modo de prestar obediência ao santo padre, mas deixando claro que devia a sua fé à ação do rei de Portugal. E, com efeito, entrevedo boas possibilidades de comércio com o reino do Congo e da expansão do catolicismo - as duas faces inseparáveis da expansão ultramarina lusitana -, Portugal iniciou então uma intensa relação comercial com o reino do Congo capitaneada pela difusão da fé cristã.

Após a morte do primeiro monarca congolês convertido ao catolicismo, emerge uma luta sucessória e fratricida na qual não faltaram tentativas, da parte de algumas facções nobres, em remover o cristianismo de que haviam sido excluídos, ascendeu ao trono D.Afonso I, o mais importante rei da história luso-congolesa, chefe político e espiritual da cristianização do reino do Congo. Os principais bloqueios para o desenvolvimento do catolicismo puro na região foram que nova religião não se mostrou eficaz contra os infortúnios que então assolavam o reino e a resistência do rei e dos nobres em aceitar a monogamia imposta pelos padres, um dos temas mais polêmicos na aceitação da nova religião, uma vez que a extensão da rede de solidariedades tecida pelos casamentos era peça fundamental nas relações de poder tradicionais. D. Afonso I reinou por trinta e sete anos, de 1506 a 1543, sendo as bases do cristianismo no Congo estabelecidas em seu reinado. Era profundamente dedicado ao catolicismo e seu filho Henrique chegou a ser consagrado bispo da cidade de Útica (1518-1531)⁶⁰, o que não foi visto com bons olhos pelo clero e pela coroa portuguesa, pois dessa forma diminuía controle exercido pelo Estado por meio do monopólio da religião, o padroado. Mas, o catolicismo, não obstante, foi incapaz de

⁵⁹ Joseph Ki-Zerbo. op. cit. p. 260.

⁶⁰ Charles R. Boxer., op. cit. p. 112.

remover por completo as tradições religiosas locais, do que resultou um complexo religioso original, híbrido, a um só tempo católico e banto⁶¹.

Durante o reinado do rei D.Afonso foi promovido um autêntico “aportuguesamento” das instituições políticas do reino, em consonância com D.Manuel, rei de Portugal, que a isto o estimulou. Assim, a justiça do Estado passou a se guiar pelas normas portuguesas, a partir da embaixada de Simão da Silva, portador do Regimento de 1512, e os antigos chefes de linhagem das províncias passaram a intitular-se de condes, marqueses, duques. Trata-se de matéria riquíssima que não temos condições de desenvolver aqui, mas vale o registro de que, sob a inspiração política e institucional portuguesa, o Estado congolês foi perdendo as características tradicionais de confederação ou chefatura pluritribal para assumir, ainda que no plano das instituições e da etiqueta política, aspectos da monarquia ocidental, centralizando-se mais nitidamente - traço que sobreviveria ao reinado de Afonso I, perdurando até o século XVIII, não obstante as dilacerantes crises políticas que o reino atravessou no século XVII.

O comércio de escravos era antigo naquela região, mas as regras tradicionais foram progressivamente sendo violadas. Concomitantemente, a região do Ndongo⁶² (futura Angola), começava a atrair o interesse dos comerciantes portugueses que buscavam justamente fugir aos monopólios existentes no Congo, concorrendo com o tráfico de escravos controlado pelo rei congolês e pelos comerciantes autorizados pelo rei lusitano. De todo modo, quando os portugueses chegaram à foz do Zaire, o Congo, assim como outros reinos da região, estavam em processo de franca expansão, como os registros de guerras freqüentes atestam⁶³ A escravização das populações conquistadas permitia aos reis ampliar sua riqueza pessoal assim como fortalecer exércitos e o corpo administrativo composto por dependentes diretos, além de aumentar o volume de tributos recebidos dos territórios ocupados. Assim, a expansão permitia o acúmulo de riqueza e um reforço da centralização política.

⁶¹ Idem, *A Igreja militante e a expansão ibérica*. pp. 14-23.

⁶² Roy Arthur Glasgow, *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola (1582-1663)*.pp. 15-8.

⁶³ Robin Blackburn. op.cit. pp. 105-6.

Quando os portugueses chegaram àquela parte da África, portanto, não só encontraram uma grande população cativa, como as condições necessárias para sustentar um amplo mercado de escravos, no qual havia espaço para os estrangeiros recém-chegados. No caso congolês, o próprio processo de centralização e fortalecimento das cidades frente às aldeias estava baseado na crescente existência de escravos, concentrados principalmente em São Salvador do Congo, cujo trabalho era apropriado pelos membros das linhagens nobres que, assim, incrementavam sua riqueza, seu poder, seus sinais de status. Não só no Congo, mas em vários estados da África centro-ocidental os escravos eram resultado das guerras de expansão, sendo fundamentais na centralização e reforço das lealdades.

2.3- O apogeu marítimo português e a União Ibérica.

Entretanto nos séculos XV e XVI, Portugal era um reino ibérico com somente um milhão de habitantes, cercado pelo Oceano Atlântico e por uma Casa de Castela hostil na retaguarda. Depois de anos de luta contra a ocupação moura, os portugueses voltaram sua atenção e energia para o mar e o que viesse d'além mar. Enquanto os espanhóis partiram em busca de uma rota para o Oriente, viajando em direção ao oeste, os portugueses optaram pela chamada "Rota do Sul", ao longo da costa africana. Alcançado o Cabo da Boa Esperança, em 1487-8, os portugueses foram dirigidos pelo navegador Vasco da Gama, através do Oceano Índico, para descobrir a rota marítima para o longínquo Oriente, em 1497. Provavelmente, eles já sabiam da existência de terras através do Atlântico e teriam feito algumas expedições a oeste antes da descoberta das Antilhas, por Colombo, em 1492. Guardando este conhecimento em segredo, entretanto, poderia ser uma maneira de evitar a ambição da Espanha. Para uma nação pequena, o segredo era o único método disponível para salvaguardar as recompensas das explorações corajosas e bem-sucedidas da ambição marítima da rival ibérica.

O Tratado de Tordesilhas (1494) definiu a questão da posse das novas terras entre Espanha e Portugal. Foi feito um acordo no qual os territórios compreendidos a leste de um

meridiano situado 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal, enquanto as terras localizadas a oeste dessa linha ficariam com a Espanha. Tal linha imaginária, de pólo a pólo, atravessou a parte oriental da América do Sul e constituiu a primeira fronteira da América portuguesa, embora a posse formal, por Pedro Álvares Cabral, só tenha acontecido seis anos mais tarde.

O apogeu da expansão marítima portuguesa ocorreu durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), tornando possível o tão sonhado monopólio do comércio das Índias. Entre os reis de Portugal dos inícios do período moderno, D. Manuel parece ter sido o que mais se envolveu com um projeto imperial. Isto se evidencia simbolicamente no título por ele adotado, confirmado por bula papal em 1502: "Dom Manuel pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África. Senhor de Guiné e da conquista navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia⁶⁴".

Desta forma, embora tenham ocorrido importantes transformações sociais e econômicas em Portugal durante os séculos XV e XVI, com a substituição da agricultura, da pesca e do comércio de vinho e sal pelo comércio colonial, a nobreza continuou a ocupar o lugar mais importante na hierarquia social lusitana, através do seu ingresso na burocracia estatal. Um grande número de camponeses e pescadores também migrou para Lisboa, para se alistar no exército e na frota naval. Havia um pequeno número de artesãos em Portugal. Na sociedade portuguesa do período, destacam-se duas características principais: por um lado, tratava-se de um mundo rural em crise, devido às novas circunstâncias, que atraíam um grande número de pessoas para Lisboa; por outro lado, identifica-se nela um aspecto moderno, urbano, do qual faziam parte a capital, o grande comércio, a vida da corte.

O sucessor de D. Manuel I foi D. João III (1521-1557). Uma breve descrição das diferenças, do ponto de vista econômico, entre os dois, sugere quão breve foi o período de prosperidade em Portugal, na época. No que tange às mais importantes atividades econômicas do reino, o primeiro estava inteiramente direcionado para o comércio colonial com a África e o Oriente. Este foi um tempo de otimismo, em que o tráfico, principalmente o de especiarias, deu a Portugal a ilusão de que se inaugurava uma fase de grande prosperidade. O reinado de João III já mostra os primeiros sinais do declínio, associado a fatores como o êxodo extensivo de funcionários e outros membros da população para as

⁶⁴ Luiz Filipe de Alencastro. op. cit. p. 14.

feitorias comerciais e aos custos financeiros para manter uma frota, a burocracia estatal e o luxo da corte⁶⁵. Apesar dessas diferenças, os reinados de Manuel I e João III podem ser considerados aqui como parte de um mesmo quadro geral, uma vez que pode-se observar uma série de similaridades e continuidades entre eles. Um exemplo é a centralização, na figura do rei, das decisões políticas e militares. Estas características já aparecem, ao menos em parte, antes do final do século XV, no reinado de João II. O estabelecimento de uma rota comercial através dos oceanos Atlântico e Índico, como uma alternativa ao tradicional tráfico mediterrâneo, transformou a cidade de Lisboa num dos maiores centros mercantis do mundo⁶⁶. Entusiasmados com a ilusória facilidade de obter lucros com o monopólio do comércio de especiarias, os reis Manuel I e João III, especialmente o primeiro, parecem ter gasto prodigamente os fundos do Estado. Ambos mantiveram uma corte e um grande número de funcionários públicos, construíram igrejas, palácios e fortalezas, levaram para Lisboa intelectuais e artistas estrangeiros, enviaram representantes diplomáticos e estudantes portugueses para diversos centros europeus, além de promoverem guerras de conquista. No entanto, ao contrário de outros centros comerciais europeus, entre os quais as cidades italianas e Bruges são exemplos clássicos, Lisboa não cresceu gradualmente, em paralelo ao desenvolvimento de atividades urbanas diversificadas e de uma burguesia. O rei era o maior responsável por uma variedade de grandes empreendimentos em Portugal, e sua capacidade de promovê-los dependia centralmente do comércio marítimo. Antes mesmo do declínio do comércio de especiarias, Portugal havia contraído dívidas consideráveis e feito contratos comerciais desfavoráveis ao reino com banqueiros europeus, como os alemães *Fugger, Welser e Hochstetter*⁶⁷.

O monarca português D. João III morrera em 11 de julho de 1557, D. João anteriormente a sua morte não pode preparar seu filho, que tinha o seu nome, para assumir o trono, já que este morrera anos antes do que seu pai, preciosamente em 1554. Assim o futuro herdeiro do trono português seria o neto de D. João III, fruto da união entre D. João

⁶⁵ O funcionamento e as deficiências do sistema econômico mercantil monopolista, encabeçado pelos reis portugueses do período, são analisados por Joaquim Romero Magalhães, “A Fazenda”, in Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol.3. pp. 90-105.

⁶⁶ Lisboa tornou-se uma das mais populosas da Europa, com um número de habitantes estimado entre sessenta e cem mil, incluindo comerciantes e marinheiros estrangeiros, funcionários ligados à diplomacia, artesãos e outros, que foram para lá atraídos pelas perspectivas econômicas favoráveis.

⁶⁷ Magalhães, op. cit., pp. 90-105.

(filho) e a filha do Imperador Carlos V da Espanha, Joana. Após um período curto de regência de sua mãe e de seu tio o cardeal D. Henrique, seu tio, D. Sebastião assume o trono, ao completar quatorze anos, em 1568. D. Sebastião, o jovem príncipe português que ascendera ao trono com enormes expectativas, não houve o que não fizesse para arrecadar fundos para a sua aventura africana. Conseguiu até uma bula pontifícia que o consagrava como cruzado para ir bater-se contra os mouros. Arrancou recursos de todos os lados, até concessões aos tão perseguidos judeus portugueses ele fez. Desbastou Portugal antes de lançar-se sobre as terras do crescente, apostando numa só cartada. Entretanto, sua personalidade forte ocasionou sua morte, em 1578. O mesmo pretendia continuar o projeto expansionista de seus antepassados; o monarca português desejava conquistar a cidade moura de *Larache* no Marrocos, já que Portugal dominava outras possessões no norte da África (Ceuta, Tanger e Mazagão). Ademais, o jovem monarca tinha também como objetivo barrar o avanço dos turcos Otomanos na região. Em decorrência desses objetivos, D. Sebastião participa pessoalmente das batalhas. Perdeu tudo num só dia, numa só batalha, a batalha de *Alcácer-quibir*. No dia 04 de Agosto de 1578, jazia D. Sebastião, e com ele o projeto de difusão da fé católica e o resgate do passado épico português descrito por Camões. A sua morte foi o estopim da crise dinástica portuguesa, que culminou na união dos tronos peninsulares. (...) "D. Sebastião, na sua infelicidade pessoal, não era mais do que o acidente dinástico que a família conscientemente fora preparada. Esta junção das coroas peninsulares poderia ter acontecido antes. Veio a ser desencadeado de um modo dramático, pela imprudência de um jovem que ninguém soubera deter". Como D. Sebastião não possuía herdeiros diretos, o trono português ficou sob a regência de seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, aclamado rei no dia 28 de Agosto de 1578⁶⁸. As duas grandes preocupações na gestão do Cardeal-Rei foram: o resgate de milhares de cativos aprisionados na África e a nomeação de um sucessor legal que pudesse evitar ao país uma guerra civil. O quadro de

⁶⁸ O cardeal Henrique, tio e ex-tutor do rei falecido, um homem já entrado nos 80 anos, que logo veio a falecer. Um pouco antes de ser colhido pela morte, o cardeal-rei instituiu um conselho de cinco governadores que, em seguida ao sepultamento de D. Henrique, assumiria transitoriamente o governo. A dinastia de Avis que reinava desde 1385, desaparecia vitimada pela irresponsável aventura de um jovem rei e pelas estioladas leis canônicas que impediam um padre de ter filhos, no entanto, o cardeal-rei solicitou ao papa a dispensa do voto do celibato para poder casar-se e deixar um herdeiro dinástico para Portugal, mas o papa negou-o.

crise política se agravava, pois, na vacância do trono, os vários pretendentes passaram a disputar a coroa de Portugal: D. Catarina de Médicis, rainha da França, que se dizia descendente do antigo rei D. João III; D. Catarina, Duquesa de Bragança e sobrinha do Cardeal D. Henrique (a que reunia maiores direitos); Manuel Felisberto, Duque de Savóia e D. Antônio Prior do Crato, ambos sobrinhos do Cardeal-Rei; Alberto de Parma e Filipe II, Rei de Espanha, bisnetos de D. Manuel, O Venturoso.

A disputa acirrou-se entre D. Catarina de Bragança (mantendo-se a sucessão na linhagem masculina – D. Duarte), o Prior do Crato (filho bastardo do infante D. Luís) e Filipe II, o mais perigoso dos pretendentes. Buscando uma solução para tal problema, D. Henrique decidiu convocar as Cortes. (...) "*Pressionado de três lados, odiando D. Antônio, inclinando-se para D. Catarina mas, receoso da força de Filipe II, resolveu-se por fim convocar Cortes (1579-80) ... acabou D. Henrique por nomear cinco governadores para constituírem uma regência interina – o Arcebispo de Lisboa e quatro nobres, dois deles com cargos governativos – mas morreu tuberculoso em 31 de Janeiro de 1580, legando um problema de difícil solução*". A escolha seria feita pelo país, reunido em Cortes, o que fatalmente daria lugar às corrupções e manejos de todas as assembléias.

D. Antônio gozava de certa popularidade, pois o povo rejeitava a idéia de um soberano espanhol, vendo no Prior do Crato o único candidato capaz de desafiar o poderio de Filipe II. A duquesa de Bragança contava com o apoio dos nobres e clérigos (D. Henrique), mas atuou com prudência. Já Filipe II soube articular diplomaticamente as relações políticas e econômicas com a nobreza, o clero e a burguesia, obtendo dos mesmos uma forte aliança: (...) "*Nobreza e clero venderam-se porque se achavam geralmente desprovidos de fundos. Ao mesmo tempo receavam motins populares chefiados por D. Antônio ... para a grande burguesia, também, a União Ibérica só traria um fortalecimento do sistema financeiro do Estado, e portanto uma proteção ... significaria igualmente a abertura dos novos mercados e a supressão das barreiras alfandegárias*". Após a morte do Cardeal-Rei, as Cortes continuaram reunidas. Nos finais de Junho de 1580, Filipe II invadiu Portugal com um forte exército para assegurar a sua coroação. (...) "*Não quer submeter-se a um julgamento de direito, que o punha à partida, em igualdade com os outros pretendentes. Considerava-se, sem dúvida o legítimo herdeiro*". A sentença final dos

governadores, reconhecendo-o herdeiro, acabou por ser proferido em Castro Marim em 17 de Julho⁶⁹. Em contrapartida, D. Antônio organizou uma resistência, na qual foi aclamado Rei pelo povo em Lisboa, Santarém, Setúbal e outros lugares. Mas, na batalha de Alcântara (25 de Agosto de 1580), as tropas espanholas derrotaram o improvisado exército revoltoso, pacificando o país em dois meses. Conseqüentemente, Filipe II reuniu as Cortes em Tomar (Abril de 1581), onde foi solenemente jurado e aclamado rei de Portugal com o título de Filipe I⁷⁰.

O monopólio ibérico estabelecido pela União das Coroa peninsulares não impediu a aceleração da decadência do reino português, arrastado nas sucessivas e desastrosas guerras que a Espanha sustentava na Europa contra a Inglaterra (em que ocorreu a destruição da Invencível Armada luso-espanhola), a França (Guerra dos Trinta anos) e a Holanda (esta lutando pela independência do domínio Espanhol). Conseqüentemente, as maiores desgraças recaíram sobre os domínios portugueses que estavam sob "tutela" de Castela. É justamente no âmbito dos conflitos externos travados entre Espanha e os países em questão que se desenrolou a insurreição Portuguesa em relação ao domínio castelhano, cujo estopim foi a Guerra dos Trinta Anos. Esse conflito fez com que a Espanha atravessasse graves dificuldades econômicas. Logo, a solução mais viável, como já observamos anteriormente, foi a pressão fiscal sobre a sociedade portuguesa sujeita à violação de seus privilégios e à anulação política. (...) *"Para o reino já empobrecido por vexatórios tributos e pela saída de tantos dos seus filhos, representava um golpe tremendo"*. A centralização política em torno de Castela e o banimento da representação portuguesa (nobreza) no cenário político fizeram eclodir a restauração do domínio português em 1640.

⁶⁹ Com o fim dos Avis, imediatamente dois partidos surgiram, o partido nacional que tinha magras esperanças de vir alcançar o trono, congregou-se ao lado de D. Antônio, o prior do Crato, que aos olhos de muitos se desqualificava por ser bastardo (o que não o impediu de pegar em armas para reclamar a coroa de Portugal). Do outro lado, formou-se o partido castelhano que entendia ser bem melhor naquelas circunstâncias, entregar os louros a Felipe II da Espanha. Era desejo antigo dos reis espanhóis abocanhar Portugal. Eis que agora surgia aquela oportunidade. Felipe II não a deixou passar. Ele mesmo confessou que não poupou dinheiro para vir a ser também rei de Portugal, utilizando sua celebre máxima: eu herdei, eu comprei e eu conquistei. Joel Serrão & A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: do renascimento à crise dinástica, volume V*, 1999, pp. 741-60.

⁷⁰ "Portugal foi tranqüilamente incorporado ao bloco dos Habsburgos, através da diplomacia dinástica e de uma oportuna invasão: a sua absorção acrescentou numerosas possessões lusitanas na Ásia, África e América as colônias espanholas nas Índias". Perry Anderson, op. cit. p.72.

A análise histórica do poder político administrativo no processo da União Ibérica, envolve a seguinte evolução, aparente autonomia administrativa asseguradas pelas Cortes de Tomar juradas por Filipe II, no qual se conservou os Foros, liberdades, privilégios, usos e costumes do reino, colocando a justiça e o governo em mãos de Portugueses e preservando, dessa forma, as instituições políticas vigentes; o caráter poliárquico do poder interno, ou seja, o poder como uma entidade plural – múltipla: o poder régio alicerçado pela religião e justiça, figurando a fonte da lei; a hierarquia nobiliário – eclesiástica detentora do poder de fato; cabendo ao povo a liberdade ou submissão; a distribuição desigual do poder, atendendo aos interesses da classe nobiliário-eclesiástica, gerou o chamado localismo baseado na corrupção; a crise do poder externo promoveu uma reforma administrativa interna, onde se centralizou o poder nas mãos de Castela. Dessa forma, aglutinou-se o poder político português, devido à provincialização que culminou na ruptura política das Coroas peninsulares⁷¹.

2.4- A grande lavoura açucareira.

O “achamento” do Brasil não despertou, pelo menos de imediato, grande entusiasmo na metrópole portuguesa. As condições naturais adversas e a aparente inexistência de gêneros comerciáveis desestimulavam qualquer interesse pela nova terra. De fato, o povoamento dos territórios americanos não entrava nos planos do conquistador europeu. No início do século XVI, o termo colonização significava somente a instalação de feitorias nas regiões do ultramar, encarregadas do comércio com as populações nativas. Nessa fase, a classe mercantil de Lisboa não cogitava comerciar mercadorias que não fossem produtos extrativos. Por isso, a empresa ultramarina lusa, até aquele momento, limita-se a procurar fontes naturais de mercadorias, transportando-as em seguida para os

⁷¹ “A aristocracia local ressentida com a perda do Brasil para os holandeses e segura dos sentimentos anticastelhanos das massas, não teve dificuldades em reafirmar sua independência, uma vez que o Conde-duque Olivares cometera o erro crasso de concentrar os exércitos reais contra o leste pesadamente defendido, onde saíram vitoriosas as forças franco-catalãs, em vez de as levar para o oeste, comparativamente desmilitarizado”. Idem, ibidem. p.79.

mercados europeus. A terra de Santa Cruz não proporcionava produtos que fossem de interesse dos mercadores metropolitanos, excetuando o pau-brasil. Em consequência, por três décadas a colônia americana ocupou segundo plano no panorama expansionista português. O reino tinha seus olhos voltados para o Oriente⁷².

Este produto, um tipo de madeira semelhante à que os mercadores lusos traziam da Índia, da qual se extraía uma substância corante utilizada em tinturaria. A Coroa portuguesa, após a chegada das primeiras amostras do vegetal, arrendou por um prazo de três anos a extração e o comércio da “pau-de-tinta” a um grupo de comerciantes marranos, liderados por Fernão de Noronha, até 1513. Depois disso, a Coroa portuguesa eliminou o sistema de concessões e adotou, o regime de livre comércio, mediante o pagamento de um quinto da carga ao Real Tesouro. No entanto, a essa exploração realizada ao longo do litoral brasileiro, era de importância secundária, pois proporcionava lucros muito inferiores àqueles gerados pelo comércio oriental.

Exigindo um árduo trabalho para sua extração e embarque, o pau-brasil determinaria o surgimento das primeiras relações econômicas entre o europeu e o nativo americano, as quais assumiriam a forma de escambo. As árvores eram derrubadas e carregadas pelos indígenas até alguma feitoria do litoral, onde eram trocadas por quinquilharias européias. O tráfico do pau-brasil seduzia barcos de outras nações, principalmente franceses, para o litoral da América portuguesa⁷³. O povoamento e a valorização econômica da terra recém-descoberta começava a despontar como a única maneira de conservar as terras adquiridas no Tratado de Tordesilhas e, mais importante ainda, torná-la rentável economicamente⁷⁴.

⁷² Charles Ralph Boxer. *O império marítimo português (1415-1825)*. pp. 55-76.

⁷³ Fábio Pestana Ramos. op.cit. pp.21-5.

⁷⁴ A colonização apresentava-se, pois, como uma tarefa quase impossível, já que a realidade econômica lusitana não estava preparada para levá-la a cabo. Efetivamente, a ocupação e valorização das áreas americanas deviam aparecer, no cenário da época, como empresas bastante difíceis. Em primeiro lugar, era necessário atrair povoadores. Nesse sentido, pelo menos no século XVI, os obstáculos foram tão grandes que levaram Portugal, ainda nos momentos iniciais do esforço de colonização, a fazer do Brasil o destino da maioria dos degredados da Metrópole. Essa surgia como única forma de superar as barreiras à transplantação de contingentes humanos para uma terra que oferecia desfavoráveis perspectivas de vida. Tal solução, como é óbvio, não era suficiente para possibilitar o gigantesco empreendimento da colonização. Havia ainda outras dificuldades: as árduas condições de trabalho numa colônia tropical, ao lado das reduzidas oportunidades de enriquecimento numa região aparentemente estéril. Esses obstáculos poderiam ser vencidos mediante uma alta remuneração do trabalho aqui realizado, se fosse viável a introdução de mão-de-obra assalariada numa

Embora a instalação de um sistema produtor no Brasil exigisse um apreciável dispêndio, dois fatores contribuiriam para facilitá-la. Por um lado, colônia oferecia larga disponibilidade de terras livres de qualquer apropriação. Por outro, se a implantação de uma zona produtora do tipo colonial no território dependia fundamentalmente da mão-de-obra. O tráfico negreiro já constituía, no início do século XVI, uma empresa organizada capaz de satisfazer essa necessidade, interessada que estava em ampliar seu raio de ação. O comércio de africanos era um dos principais setores de operações pré-capitalistas portuguesas, em consequência de exigir no Reino uma zona fornecedora de escravos e a produção açucareira das ilhas atlânticas manter-se à base do braço negro.

A utilização do indígena como braço escravo, acalentada pelos que conheciam as relações cordiais entre europeus e nativos no período pré-colonial, mostrou na prática sua inviabilidade para a produção em grande escala. No momento em que os lucros gerados pela exploração colonial atingiram um nível compatível com a compra de escravos africanos, o tráfico representou a grande solução para a carência de mão-de-obra. Esse regime de trabalho marcaria, desde cedo, o tipo de produção aqui estabelecido⁷⁵.

A colonização do Brasil, em seus momentos iniciais, consistiu, basicamente, na montagem de um sistema produtor de açúcar. Os portugueses, nessa época, já eram os maiores produtores mundiais dessa apreciada especiaria nobreza⁷⁶. Assim, aproveitando sua

área colonial. Com efeito, a própria estrutura do mercantilismo impedia a implantação do trabalho livre em território brasileiro. Toda produção colonial, como já foi visto, era voltada para os mercados europeus. Assim, as zonas produtoras periféricas tinham finalidade de acelerar o processo de acumulação de capital em mão da classe mercantil metropolitana. Idem, *ibidem*. pp. 196-207.

⁷⁵ Fundamentalmente, existia o problema da mão-de-obra: transportá-la da Europa e necessária teria requerido um volume enorme de investimentos que, com certeza, tornaria inviável toda a empresa. Como as condições de trabalho aqui reinantes eram precárias, somente pagando salários bem mais altos do que aos pagos no Velho Mundo seria possível atrair mão-de-obra européia. E, de qualquer forma isso não seria conveniente, pois geraria um mercado interno na colônia, o que sabotaria o processo de acumulação de capital das burguesias metropolitanas, contrariando os postulados mercantilistas. Por último, havia a considerar ainda a carência de oferta de mão-de-obra, que prevalecia em Portugal, em função do florescente comércio com o subcontinente indiano. O problema da mão-de-obra não foi, contudo, para Portugal, de difícil solução no início do século XVI, os portugueses dominavam o mercado africano de escravos. As operações militares para a preação de negros, iniciadas nos tempos do infante D. Henrique, transformaram-se num bem organizado e lucrativo escambo (troca direta), que abasteceria inúmeras regiões européias de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e transferir para o Brasil uma força de trabalho barata, sem a qual a nova colônia agrícola seria economicamente inviável. Joseph Ki-zerbo, *op. cit.* pp. 269-77.

⁷⁶ Em princípio, o açúcar era um produto dispendioso consumido apenas pela nobreza. Os europeus o utilizaram como gênero medicinal, que era vendido nas farmácias ou boticas, mas com o tempo esta

experiência açucareira nas ilhas atlânticas, Portugal implantou em nosso país uma solução semelhante, o que, além de propiciar a solução de inúmeros problemas técnicos relacionados com a produção de açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal de uma indústria de equipamentos para os engenhos.

A contribuição do capital mercantil neerlandês⁷⁷ que financiou a expansão do mercado açucareiro europeu no século XVI foi o fator fundamental para o êxito do processo de colonização do Brasil. Especializado no comércio intra-europeu, a maior parte do qual financiava, o povo flamengo era o único que possuía recursos e uma organização comercial suficientemente sofisticada para criar um mercado de grandes dimensões para o açúcar brasileiro. Também no tocante ao transporte, Portugal encontrava-se desapaarelhado para enfrentar o gigantesco esforço da colonização do Brasil. A construção naval, pela sua extrema especialização, era realizada na metrópole, sob o regime de trabalho assalariado. Em consequência, o progressivo declínio do capital comercial português, vitimado pela concorrência estrangeira provocaria o colapso da produção de navios. Com efeito, os operários e artífices navais lusitanos, muito procurados por todos os fabricantes de embarcações passaram a buscar no exterior melhores oportunidades de emprego e salários mais elevados. Em Portugal também era clara a deficiência em material de navegação. As perdas em combate, para a conquista ou manutenção de mercados orientais, e as longas e difíceis viagens nas rotas asiáticas desgastaram profundamente a marinha lusitana. Além disso, a cada dia mais faltavam peças e outros materiais de reposição, em consequência de

especiaria passou a ser mais consumido na Europa para adoçar os víveres e bebidas. Até o século XVI, época em que o açúcar brasileiro apareceu no final do século XV, porém, a expansão do mercado atingiu seu limite máximo. Sucederam-se então a crise de superprodução e a política de desestímulo aos novos plantios de cana-de-açúcar, adotada pelo Trono português. Em consequência, sem uma ampliação do consumo açucareiro em elevadas proporções, não seria possível a instalação de uma nova área produtora no Brasil, região ultramarina distante. Assim, o aumento do consumo de açúcar, pela criação de novos mercados e pelo alargamento dos antigos, constituiu a tarefa específica do capital comercial holandês, durante o século XVI. E foi graças aos esforços flamengos que o açúcar perdeu sua condição de especiaria para se tornar um gênero de consumo corrente. Fabio Pestana Ramos. op. cit. pp. 216-21.

⁷⁷ Os países conhecidos hoje como Holanda, Bélgica e o norte da França eram denominados na Idade Moderna como *Neerland*, isto é, Países Baixos. Após as sete províncias setentrionais, entre as quais se destacam a Holanda e a Zelândia, conquistaram sua independência da Espanha em 1579 (união de Utrech), as demais passaram a chamar Países Baixos espanhóis e depois austríacos. Por sua vez, as cidades independentes da Coroa espanhola ficaram conhecidas como as Províncias Unidas dos Países Baixos, muito posteriormente prevalecerá o nome de Holanda. Mas, apesar de a independência de fato de sido adquirida pelas províncias rebeldes em 1579, só em 1648 (paz de *Munster*) elas adquirirão de direito a autonomia política da monarquia espanhola dos Áustrias. Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, p. 10-12.

evasão de capital português para outras áreas européias, notadamente a Holanda. Pouco a pouco, a distribuição de açúcar no mercado europeu foi passando às mãos de armadores holandeses. Simultaneamente, em Portugal, as frotas particulares eram substituídas por mistas, compostas de navios privados e embarcações oficiais. Em breve, a presença lusa no oceano limitou-se aos barcos pertencentes à Coroa⁷⁸.

O Trono português logo encontrou uma forma de recrutar colonizadores para a área americana. A solução consistiu na distribuição de faixas territoriais, contadas ao longo da costa - as capitanias hereditárias - aos que as disputassem ou aceitassem. Como base jurídica desse sistema, a Coroa transferiu poderes e privilégios majestáticos aos primeiros donatários. Entretanto, a tarefa da colonização continuava cheia de obstáculos. Tratava-se, para o capitão hereditário, de um investimento bastante oneroso, o que obrigou muitos deles a admitirem sócios. De fato, os donatários eram obrigados a fretar navios, recrutar auxiliares, enfrentar um severo período de carência - enquanto não houvesse produção estabelecida - e a satisfazer as exigências da Coroa, e esta transferia direitos. Na realidade, para governar a distância não havia outra forma senão delegar poderes e direitos. O importante, no entanto, é que o empreendimento dos donatários importava naquilo que a economia moderna define como investimento⁷⁹.

⁷⁸ Por outro lado, não é crível que, se como pretendeu Celso Furtado, os holandeses controlavam o mercado do açúcar desde o século XVI, eles não se tivessem interessado desde então pelo refino do produto. Ora, a refinação do açúcar foi introduzida na Holanda em fins do século XVI, pelos mesmos capitais flamengos e marranos portugueses procedentes de Antuérpia, os quais em 1595 possuíam três ou quatro refinarias em Amsterdã. Só a partir de 1609, com a assinatura da trégua hispano-holandesa, essa atividade expandiu-se, passando o número de fábricas para vinte e cinco em 1620 e para cinquenta em 1662, quando continuavam majoritariamente a ser propriedade de flamengos e de judeus sefarditas. Idem, *ibidem*. 222-3. Ainda mais grave que isso, representou também a progressiva drenagem do capital comercial luso para os Países Baixos. A colonização agrícola do Brasil somente foi viável graças à ajuda naval dos Países Baixos. O problema do transporte para a colônia americana foi resolvido pela associação de navios neerlandeses e barcos portugueses. Isso acelerou o processo de decadência portuguesa, pois a Holanda, além de distribuir o açúcar brasileiro, também o transportava, participando dessa maneira do lucro dos fretes. Charles Ralph Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1684)*. p. 55.

⁷⁹ Duas características da implantação do sistema de donatários merecem um estudo mais detalhado. Preliminarmente, era uma empresa difícil, onerosa e não sedutora, que exigia a mobilização de volumosos recursos. Muitas vezes, os donatários eram obrigados até a vender suas propriedades, ou então a recorrer a empréstimos junto aos marranos. Em segundo lugar, o período inicial da instalação do sistema colocava à prova os recursos amealhados pelos donatários. As crônicas históricas coevas mencionavam o fracasso da maioria das capitanias, atribuindo-o às hostilidades dos índios. A doação principal que a Coroa fazia era a da terra, e havia terra de sobra. Realmente, é fácil verificar que, na época, a propriedade do solo da colônia carecia de importância. Não havia semelhança alguma entre o papel que a terra desempenhou, no Brasil do século XVI e o que ela exercia na Europa daquele tempo. Em suma, o valor imobiliário da terra brasileira

Frei Vicente do Salvador, no início do século XVII, dizia que os portugueses, no Brasil, “*arranhavam o litoral como caranguejos*”[grifo nosso]. Os colonizadores recebiam afastar-se da orla litorânea devido à extrema precariedade das técnicas de transporte utilizadas na época. Estabelecer-se e operar perto do litoral, nesse sistema econômico em que a produção se destinava exclusivamente aos mercados externos, tornou-se imperativo⁸⁰. As terras próximas ao mar ou com fácil acesso a ele (por rios navegáveis, por exemplo) foram objeto de apropriação privilegiada, desde os primórdios da colonização do Brasil. A qualidade do solo determinou outro nível de desigualdade nas concessões das sesmarias. Os canaviais nordestinos normalmente acompanharam as várzeas férteis dos rios, nas regiões onde predominava o massapé, tipo de solo adequado à lavoura açucareira. Para implantar a agricultura e transformar a cana em açúcar, os donatários viram-se obrigados a desmatar suas propriedades e a procurar água corrente e solo apropriado, a fim de garantir um bom rendimento nas safras. O prazo de carência que vigorava a partir do investimento inicial, acabou eliminando vários concorrentes do empreendimento açucareiro⁸¹. Ao empresar a instalação de uma zona produtora no Brasil, o mercantilismo conheceu uma nova fase de seu desenvolvimento. Nesse instante, o capital comercial assumiu uma dupla função: tornou-se produtor, conservando, entretanto, seu caráter original de controlador da circulação de mercadorias e capitais. O sentido mercantilista do empreendimento de

dependia da instalação de um sistema colonial de produção. Jacob Gorender, *O escravismo Colonial*. pp. 361-4.

⁸⁰As condições de localização dos engenhos exerciam considerável influência na montagem do sistema da exploração agrícola brasileiro. Entre duas sesmarias considerava-se mais valiosa aquela que estivesse próxima ou tivesse maior facilidade de acesso ao litoral. Idem, *ibidem*. pp. 364-9.

⁸¹A possibilidade de se beneficiar a cana-de-açúcar acentuava a tendência discriminatória e elitista inerente ao sistema de colonização implantado na colônia. Mesmo que houvesse igualdade de condições entre os sesmeiros e que todos, superado o prazo de carência, se tornassem proprietários de canaviais em plena produção, logo surgiria a diferença entre os que se mantinham apenas como agricultores e aqueles que a esta condição acrescentavam a de senhores ou donos de engenho. Nos momentos iniciais da colonização, algumas pessoas se dedicaram apenas à agricultura. Seu trabalho praticamente terminava com a colheita: entregavam a cana, paga em espécie, aos senhores de engenho, que a transformavam. A igualdade que existia entre ambos no plano social, mas não subsistia no plano econômico. Diversos entraves legais impediam os lavradores independentes de se voltarem para tipos de produção ao alcance de seus diminutos recursos, por exemplo: a fabricação de aguardente exigia, apenas, molinetes ou engenhos de baixo custo. Progressivamente os simples plantadores (que não possuíam engenho) subordinaram-se aos senhores de engenho. Após lhe entregarem a safra acabaram por lhes ceder a própria terra. Só se mantinha o sesmeiro que tivesse condições de dominar a unidade produtora de modo completo, isto é, que possuísse os canaviais e o engenho. Idem, *ibidem*. pp. 364-86. Isto levou à concentração da propriedade, à aristocratização e ao desaparecimento dos plantadores independentes. Logo se definiram as linhas mestras da estrutura de produção açucareira: as grandes propriedades, o regime de produção escravista e o modo de produção de tipo colonial. Luiz Filipe de Alencastro, *op. cit.* pp. 38-9.

colonização definiria os aspectos essenciais do esquema produtor implantado na colônia. Na verdade, pode-se caracterizar a *plantation* como o modo de produção típico de áreas periféricas submetidas às normas do antigo sistema colonial⁸². Dessa forma, o mercantilismo, no início dos Tempos Modernos, criou uma verdadeira divisão mundial do trabalho, reservando a cada área periférica a exclusividade na produção de um determinado gênero.

2.5- A Holanda e o Atlântico sul.

Na Holanda, pouco depois de 1500, a casa de Habsburgo chegou ao poder e reunindo possessões na Alemanha, na Espanha e nos Países Baixos, sob o cetro de Carlos V. Foi quando eclodiu, na Europa, a Reforma Protestante. O sucessor de Carlos V, Filipe II, rei da Espanha, decidiu eliminar os protestantes de suas terras, o que levou a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648)⁸³. Com a derrota da Invencível Armada, em 1588, o poder da Espanha entrou em declínio, enquanto a Holanda ganhou impulso, especialmente porque houve uma enorme recepção de refugiados franceses, belgas, espanhóis, alemães e portugueses, todos seguidores de ritos monoteístas não-católicos, como protestantes ou judeus⁸⁴. O trono espanhol, em represaria, fechou seus portos para os holandeses, que foram obrigados a singrar os oceanos, considerados até então mares territoriais ibérico.

⁸² A produção colonial voltada para os mercados europeus, visava complementar as economias metropolitanas e acelerar a concentração de capitais em mãos do grupo mercantil lusitano. Como a meta básica da produção colonial era suprir a demanda externa, só interessava ao capital comercial a exploração agrícola em grande escala. As zonas produtoras coloniais dedicavam-se à elaboração de um só produto. Como o capital comercial se interessava, no Brasil, apenas pela venda de açúcar em grandes quantidades, os investimentos realizados na colônia não podiam fomentar, de maneira dispersiva, várias atividades agrícolas.

⁸³ Charles Boxer, *O Império marítimo português*. p. 120.

⁸⁴ O conflito étnico-religioso em Portugal, nos começos da época moderna, tem outra importante dimensão, relacionada à presença dos judeus no reino. Estes constituíam um grupo de destaque na civilização islâmica medieval da península Ibérica e preferentemente permaneceram lá após a expulsão dos mouros. A ampla presença de judeus em terras lusitanas se deve centralmente à sua expulsão da Espanha, em 1492. No entanto, já muito antes dessa data, a população judaica em Portugal era considerável. Reconhecidos como um grupo isolado, tanto devido a seus costumes religiosos e à prática de atividades urbanas, como empréstimo de dinheiro a juros quanto em função de restrições legais a eles impostas – em relação, por exemplo, aos lugares

O vigoroso comércio ultramarino neerlandês⁸⁵ organizou duas grandes Companhias, a das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais, em 1602 e em 1621, responsáveis para desmornarem o domínio português no Oriente e no Ocidente, respectivamente. Estas empresas visavam fortalecimento comercial e a cooperação entre as empresas objetivava a proteção do território holandês contra as pretensões imperialistas do trono ibérico. O Atlântico era a área da W.I.C., cuja à diretoria era composta por dezenove membros, o chamado Heeren XIX⁸⁶, representantes das cidades cooperadoras, das quais Amsterdã era a principal. Cientes que as maiores riquezas da inimiga União Ibérica provinham das Américas, os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.) começaram a pensar na conquista de parte das colônias americanas como forma de estancar as fontes de sustentação econômicas das forças ibéricas. O Império Português dava-se através do comércio marítimo e a Companhia das Índias era típico negócio holandês.

onde era permitido que habitassem –, foram os judeus, em diferentes momentos da história de Portugal, objeto de preconceito e hostilidade por parte da população cristã, que de diversas formas deles dependia. Nas cortes – assembléia em que se reunia nobres, plebeus e o clero – eram feitas repetidas queixas a propósito de suas atividades financeiras e comerciais. Em Portugal, os cristão-novos, também conhecidos como criptojudéus e/ou marranos, eram essencialmente judeus que após a reinstalação do tribunal do Santo Ofício, também conhecida como Inquisição, de Portugal, em 1536, foram obrigados a se converterem ao catolicismo. Os rebeldes que se negaram a ser converter foram expulsos em 1496 e muitos foram condenados à pena capital, isto é, eram condenados a morte e os que partiram de Portugal, abandonaram 136 judiarias e vários bairros judaicos espalhados por todos o território português. Com efeito, os que foram expulsos levaram consigo grandes somas de capitais, estes integrarão a faustosa comunidade judaica das cidades da Holanda, principalmente Amsterdã. Mas ao contrário do que a corrente historiográfica do século XIX defendeu os motivos que levaram os judeus sefardistas, isto é, judeus ibéricos residentes na Holanda, a colaborar com este país, para invadir a colônias ibéricas foram essencialmente econômicos, e, não religiosos ou políticos. Janaína Amado & Luiz Carlos Figueiredo, op. cit. p. 58.

⁸⁵ Ao longo do século XV, a Holanda e sua principal cidade comercial, Amsterdã, dominavam basicamente o que eles mesmos chamavam o *moeder negotie*, o negócio-mãe, vale dizer, o comércio do Báltico com a Europa do norte, inclusive o litoral da península ibérica. A essa Europa atlântica, os holandeses traziam o trigo e as madeiras do Báltico e o pescado do mar do Norte, adquirindo em troca o vinho, o sal e, ademais em Lisboa, as especiarias do Oriente. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. Destarte, o mercado internacional do açúcar e a implantação do sistema açucareiro no Nordeste teriam sido criação de capitais holandeses. Tal afirmação resulta de um equívoco e de um anacronismo. O equívoco consiste em confundir o papel de Antuérpia ao longo do século XVI com o que será desempenhado por Amsterdã ao longo do século XVII. O anacronismo reside em retroceder para o século XVI o que só veio a ocorrer no seguinte, isto é, a participação de capitais da República das Províncias Unidas dos Países Baixos na comercialização do produto, os quais eram, na realidade, capitais de flamengos e brabantinos e de cristãos-novos de origem portuguesa, ambos grupos refugiados em Amsterdã a partir do derradeiro decênio do século XVI. Evaldo Cabral de Mello,

⁸⁶ Charles. Ralph Boxer, *Holandeses no Brasil: 1624-1654*. p. 20.

A W.I.C era uma entidade híbrida que reunia a organização comercial e a instrumentação política estatal⁸⁷, desenvolvendo projetos que tinham como metas primordiais à conquista do comércio atlântico do açúcar e do fumo, o monopólio do comércio atlântico batavo, e a tomada aos portugueses das suas porções territoriais afro-americanas, forçando à sua entrada direta no comércio atlântico. Neste contexto, a Companhia das Índias Ocidentais holandesas fizeram várias tentativas para destruírem o império colonial ibérico. Essas tentativas da W.I.C na anterior à 1630 foram a invasão de Salvador, a capital administrativa da América portuguesa, apoiada por 23 navios sendo repelida por um contra-ataque ibérico de 52 navios e 7 mil homens (1624-1625); a realização de um saque sobre uma frota de prata espanhola, na costa cubana de 30 galeões (1628). Esta rapinagem realizada pelo almirante *Piet Heyn*⁸⁸, cristalizou o declínio do poderio castelhano e o aumento do poderio holandês.

A prata adquirida no saque proporcionou um novo ataque ofensivo à América portuguesa, este com 67 navios e 7000 homens tornaram Olinda e Recife. Os luso-brasílicos refugiaram-se no interior, que só foi pacificado em 1636. A W.I.C manteve um comércio ativo com África, mas proporcionalmente era bem inferior ao português. Em 1637, a nomeação de Maurício de Nassau⁸⁹ como *Stadtholder* do domínio americano. No

⁸⁷ A Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.) foi concebida em 23 de junho de 1621, com capital inicial de sete milhões de florins. Ao contrário, do pregado pela historiografia portuguesa, os judeus sefarditas não foram responsáveis pelo grosso dos investimentos iniciais da companhia. Na realidade, os maiores acionistas foram: os capitalistas da Zelândia e de Amsterdã e, por último, franceses e venezianos. A administração central era formada por dezenove diretores, denominação como *Heeren XIX*; dezoito membros eram escolhidos entre os diretores das províncias e um dos Estados gerais, sendo que Amsterdã terá a maior parte dos membros, com oito participantes; no tocante a duração dos cargos dos diretores, o procedimento era o seguinte: no primeiro momento os diretores prestavam serviço de seis anos, posteriormente, os mesmos eram substituídos na sua terça parte, com intervalo de dois anos por outros, escolhidos entre os principais acionistas mediante consulta às autoridades regionais. A divisão do lucro da W.I.C. era feita quando alcançada a marca de 10% do capital investido; mas depois de seis anos, eram feitos balanços para prestar contas aos acionistas, durante o intervalo, as ações podiam ser compradas e vendidas na bolsa de Amsterdã. A concessão dava a companhia durante 24 anos o monopólio do tráfico, da navegação e, sobretudo do comércio, em todas as terras situadas num lado do atlântico, entre a terra nova e o estreito de Magalhães, e, no outro lado, entre o trópico de câncer e o cabo da boa esperança. Na realidade, considerando-se a esfera de influência da Companhia das Índias orientais, que se estendia da Nova Guiné a ilhas Molucas, a intenção das Províncias Unidas era contestar o tratado de Tordesilhas ratificado por Alexandre VI em 1494, dividindo as terras descobertas e a descobrir entre Portugal e Espanha, através de uma linha imaginária a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Idem, ibidem. pp. 8-14.

⁸⁸ Idem, ibidem.p. 42 e p.59.

⁸⁹ Em 1637 foi nomeado para o cargo de governador (*stahouder*), capitão e almirante-general das terras conquistadas ou por conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil Holandês. Simples coronel de cavalaria aceitou a nomeação em resposta à oferta de salário mensal de 1500 florins, além de outras benesses;

governo do Conde de Nassau, tentou-se estimular a produção de açucareira e a incrementar o tráfico negreiro; concretizou-se a urbanização dos enclaves costeiros do território, além de conceder liberdade de credo aos habitantes. Neste mesmo ano, um assalto holandês bem-sucedido tomou a feitoria portuguesa de São Jorge da Mina, na Costa dos Escravos, acontecimento este que remediou o problema da mão-de-obra empregada nas *plantations* açucareiras da zona nordestina.

Em 1641, outro ataque batavo de grande sucesso, apossou-se de Luanda e Benguela. Os holandeses mantiveram relações cordiais com os congoleses e outros chefes tribais de centro-ocidente africano. Desta forma, gradualmente os jesuítas são substituídos pelos capuchinhos na área. Neste processo, houve um incremento de cativo para a zona produtora de açúcar no Nordeste. O *Stadtholder* Nassau comunicou ao *Heeren* XIX as dificuldades de colonização do Nordeste, isto forçou a W.I.C. a demiti-lo em 1644. A partir de 1645, aumentaram as hostilidades entre os brasílicos e os batavos na região, devido à proibição da renegociação das dívidas e do impedimento das cerimônias católicas públicas.

A rebelião foi fomentada pelos senhores de engenho, mas também incorporou no grosso das tropas indivíduos índios e negros geralmente católicos. A Restauração Pernambucana gerou prejuízos e o desbaratou gradativamente o poderio da W.I.C., no atual Nordeste da Republica Federativa do Brasil. A ocupação holandesa estimulou o desenvolvimento açucareiro no Sul da Colônia portuguesa, e sua produção era vendida em Lisboa por comerciantes ingleses e holandeses. A perda de Angola era especialmente problemática no fornecimento de escravos na *plantation* americana. Uma esquadra luso-brasílica, comandada pelo almirante Salvador Correia de Sá, recuperou Luanda, Benguela e São Tomé, auxiliado por bolsões interioranos portugueses e pela “guerra preta” *imbangala*⁹⁰. Esta expedição sobreviveu em parte com a venda de cativos para os “inimigos” holandeses.

o conde Mauricio de Nassau era jovem e de excelente força física. Ademais, era uma figura típica do renascimento, amigo e protetor de cientistas e comprazendo-se da sua companhia, durante seu governo foi mecenas de pintores, paisagistas e cientistas, tais como: Franz Post, Albert Eckhout, Jorge Marcgraf e Willem Piso. Idem, *ibidem*, p. 93-7.

⁹⁰ José Carlos Rodrigues, *op. cit.* p. 75.

Após a ratificação do tratado de *Münster*⁹¹, um balanço das hostilidades no Atlântico Sul, apontava a equivalência entre os beligerantes, entre o poderio marítimo holandês e o poderio terrestre luso. Os ingleses começaram a infiltrar-se no comércio brasileiro a partir de 1650, sob autorização régia, e durante a 1ª guerra anglo-holandesa (1652/4), a armada luso-brasílica bloqueou Recife, forçando a capitulação em 1654. Após a “Restauração Bragantina”, o Estado Português voltou novamente a ser dirigido com vigor e determinação. Os brasileiros nordestinos viram-se à bancarrota e desprezados pelos “hereges calvinistas”. Os baixos níveis de exportação de açúcar e os enormes custos de defesa causaram enormes prejuízos à Companhia, sendo associadas às contínuas hostilidades, a escassez de mão-de-obra, os monopólios exagerados da W.I.C e da destruição de engenhos por ambas as partes, durante o período de hostilidades no Nordeste da possessão portuguesa na América.

Em Portugal, o projeto de restauração política e colonial unificou quase todas as camadas da sociedade: nobreza militar, religiosos, funcionários reais, mercadores lisboetas, marinheiros e potenciais emigráveis minhotos. Mas, os efeitos da “expulsão” dos holandeses da América portuguesa, foram bastante funestos para a economia portuguesa, pois de longa data os batavos eram parceiros comerciais dos lusitanos. A derrota W.I.C no Atlântico Sul foi obtida por intermédio do dispendioso apoio político-econômico inglês, explicado pela instalação de mercadores anglo-saxões no núcleo da empresa colonial lusa na América a partir de 1650. Dessa forma, os holandeses modificaram o *modus vivendi* estabelecido nestas áreas portuguesas, modificando profundamente as estruturas de dominação, que irão levar a destruição de estruturas políticas existentes bem antes da chegada dos portugueses.

No contexto das lutas entre portugueses e holandeses, de primordial importância será a deflagração de um elemento novo quadro de relações dentro do Império marítimo

⁹¹ A guerra dos trinta anos (1618-1648) foi uma guerra decorrente do choque comercial, político e religioso entre as potências católicas e protestantes da era renascentista pelo controle dos territórios do Sacro Império Germânico, futura Alemanha. Esta girava em torno da rivalidade dos Áustrias espanhóis e austríacos, de um lado, e a França, de outro, desejando romper o cerco que os Habsburgos havia imposto na Itália, nos Países Baixos e na própria Alemanha. A França tinha como aliado o Império turco otomano e as potências protestantes, isto é, Províncias Unidas e a Suécia. Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada: guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*. p. 23.

português atlântico, o brasílico⁹². Neste contexto, entre outros autores seiscentistas, Brito Freyre fala dos “portugueses brasílicos”, elogiando sua participação na guerra contra os holandeses⁹³. O autor Evaldo Cabral de Mello denomina os colonos da América portuguesa como mazombos⁹⁴, referência esta aplicada após o conflito luso-holandês, para distinguirem os habitantes das capitanias açucareiras do Nordeste, a Nova Lusitânia, dos outros colonos da América lusitana. Os brasílicos desempenharam um importante papel na zona de fornecimento de escravos, tanto político como no econômico, respaldados pela participação efetiva na expulsão dos “hereges calvinistas”⁹⁵ batavos nas duas margens do Atlântico lusitano. No campo econômico, a introdução de produtos da América portuguesa no mercado angolano como, antes de 1648, como os *nzimbus*⁹⁶ baianos e a mandioca americana, ou a partir de 1648, como a cachaça ou geribita⁹⁷ e o fumo, aumentaram a importância do elemento americano nas feiras interioranas na África para a aquisição do marfim negro, os famosos Pumbos⁹⁸. No campo político, a esmagadora maioria dos governadores indicados para a magistratura de Luanda, após sua reconquista em 1648⁹⁹, ou eram brasílicos ou tinham grandes interesses na América portuguesa, personificados em João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, como exemplos simplórios da política luso-americana em Angola.

O bem sucedido comércio holandês no Europa e de especiarias na Ásia estimularam a ilusão da importância do comércio Sul-Atlântico. No frígir dos ovos, os batavos interromperam o crescimento natural do tráfico atlântico de cativos e promoveram a

⁹² Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.* pp. 26-7.

⁹³ F. de Brito Freyre. *Nova Lusitânia*, p. 399. Apud. Idem, *ibidem*. p. 28.

⁹⁴ O termo mazombo era um adjetivo utilizado para designar, durante o período colonial, os filhos dos colonos portugueses que nasciam no Brasil. Mas na obra *A Fronda dos Mazombos*, Evaldo Cabral de Mello expõe o conflito entre os mazombos e os reinóis durante a guerra dos mascates (1710-1711), apontando a relação entre o panteão restaurador pernambucano (Vieira, Negreiros, Camarão e Dias) como elemento de identidade dos colonos da área açucareira em relação aos demais colonos da América portuguesa.

⁹⁵ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*. pp. 39-54.

⁹⁶ “Os *nzimbus* eram pequenas conchas (*Olivancillaria nana*) que serviam de meio de pagamento, por causa do valor simbólico-estético que possuíam. Eram pescados na ilha de Luanda. No século XVI, quando os portugueses chegaram a esta ilha, a exploração e circulação dos *nzimbus* eram regulamentadas pelo rei do Congo. Os habitantes da ilha de Luanda designam, atualmente, por *nzimbus* conchas maiores. Os *nzimbus* do passado eram semelhantes ao kauri (*Ciproea moneta* ou *Ciproea caurica*)”. José Carlos Venâncio, *op. cit.* pp. 207-8.

⁹⁷ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 307-25.

⁹⁸ Sobre os detalhes das feiras interioranas de escravos e a relação dos principais circuitos do tráfico escravista na região e no corte cronológico do estudo proposto, ver: Adriano Parreira. *op.cit.* pp. 118-23.

⁹⁹ Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*, pp. 276-83

diminuição substancial do fornecimento do açúcar e dos seus derivados no mercado internacional entre 1630 e 1660. Porém os holandeses continuaram no comércio de ouro, marfim e outros produtos africanos até 1680, mas este comércio não era tão lucrativo quanto o tráfico de cativos para o Novo Mundo.

A contenda luso-holandesa sobre o Atlântico sul acabou sendo resolvida apenas com a compra do Nordeste açucareiro e sessão aos batavos dos entrepostos comerciais asiáticos de Cochim e Cananor, através do Tratado de *Breda*, em 1669¹⁰⁰. Dessa forma, os termos do tratado minimizaram a influência territorial batava nas Américas, formando um conglomerado de pequenas colônias açucareiras no Caribe (Suriname, Curaçao, Santo Eustáquio e algumas ilhotas) para o abastecimento embora pequeno, mais concorrências no mercado internacional do produto. Do ponto de vista do desenvolvimento comercial americano, o apoio holandês as plantations inglesas e francesas no Caribe, através do fornecimento de mão-de-obra escrava, foi mais importante do que seus próprios esforços de colonização territorial nas Américas¹⁰¹.

O período conturbado da Restauração Bragantina, nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e a regência e o reinado de D. Pedro II, haja vista as dificuldades de reconhecimento diplomático da corte portuguesa em relação às demais cortes européias, devido a pressão espanhola principalmente em relação ao Papado, que apenas reconhecerá o restabelecimento do Reino de Portugal após o firmamento de um tratado entre os dois reinos católicos que formavam a União Ibérica, em 1661.

III - Capítulo.

¹⁰⁰ Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil*. pp. 357-9.

¹⁰¹ Robin Blackburn, op cit. p. 261.

O tráfico deixou de ser uma, entre as varias atividades ultramarinas, para se tornar o esteio da economia no Império marítimo português ocidental. O fato se explica pela demanda dos enclaves brasílicos, mas também em função do *assiento*, contratado por comerciantes portugueses junto à Coroa espanhola. Forma-se, então, a cadeia que avassalará os sertões africanos, formada por portugueses e bandos imbagalas, sacudindo regiões inteiras do Congo e de angola, fundando o intercambio de produtos coloniais nos dois lados do Atlântico. Multiplicam-se as conexões bilaterais. Ao mesmo tempo em que aumentam os embarques angolanos, decorrência do consórcio entre os governadores de angola, a demanda dos enclaves brasílicos e os detentores do *assiento*, o ultramar submete-se a uma virada decisiva, a partir do refluxo de capitais, antes investidos no Império marítimo lusitano oriental, para o ocidental.

Através da guerra e do comércio, os interesses luso-brasílicos penetram e se impuseram em Angola: tanto pela ação predatória dos seus governadores como - Salvador Correia de Sá, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros – que, ao introduzirem na África os métodos da guerra brasílica, procuravam ampliar o seu raio de ação na engrenagem do tráfico, quanto pelo comercio bilateral que contava com um serie de produtos brasílicos, utilizados como moeda de troca por escravos: a mandioca, o zimbo e a cachaça¹⁰².

3.1- A Batalha de Ambuíla, fragmentação política e a introdução da cachaça no mercado de escravos.

¹⁰² Jonh Fage. op. cit. pp.289-291.

As relações luso-congolesas estabelecidas no reinado de Afonso I entraram em lento, mas, progressivo colapso a partir da segunda metade do século XVI e, sobretudo no século XVII, após a morte de Álvaro II, em 1614. Na verdade, não obstante a retórica da Coroa portuguesa de que o rei do Congo não era vassalo de Portugal, senão um “irmão em armas de seus reis”, como dele disse D.João IV¹⁰³, o fato é que Portugal sempre viu no Congo uma possibilidade de expandir a fé católica e garantir o tráfico de escravos em partes d’África. Portugal atendeu muito pouco às reivindicações dos monarcas congoleses, como se percebe na correspondência entre as duas Coroas no período, e acabaria deslocando seus interesses no tráfico para Angola.

A deterioração das relações luso-congolesas só fez crescer no século XVII, a ponto de, no reinado de Garcia Afonso II (1641-1663), o Congo ter se aproximado dos holandeses, que haviam tomado Luanda anos antes. Garcia II desenvolveu, na verdade, uma política ambígua cortejando e deixando -se cortejar pelos batavos, porém, recusando a pressão holandesa para abandonar o catolicismo romano. Desatendeu, por outro lado, as exigências do padroado da Coroa Portuguesa, admitindo no reino capuchinhos italianos e espanhóis, embora tenha ratificado um tratado que garantia importantes concessões territoriais a Portugal na vizinha Angola.

Apesar das escaramuças, os reinos do Congo e de Portugal seguiriam doravante caminhos distintos, quando não opostos, até o frontal embate de 1665. Este embate passou para a história como batalha de Ambuíla, quando os congoleses foram derrotados pelos luso-brasílicos, nesta batalha tricontinental¹⁰⁴ seguindo-se um período de guerras internas ligadas à sucessão real. Luso-brasílicos e congoleses enfrentaram-se em Ambuíla em relativa igualdade numérica, mas, enquanto o exército congolês era formado principalmente por camponeses recrutados, o exército português era composto em sua maioria por guerreiros imbangalas (jagas), povo criado na tradição guerreira. A guerra ocorreu em torno a uma disputa sucessória em Ambuíla, importante região do *Ndembo*¹⁰⁵, estando os portugueses interessados em controlar o território que servia passagem para as cobiçadas minas de ouro e prata. Na batalha morreram milhares de congoleses, muitíssimos nobres e o rei Antonio I teve sua cabeça cortada e enterrada em

¹⁰³ Luiz Filipe de Alencastro. op.cit. p. 290.

¹⁰⁴ Idem, ibidem. p. 292-4.

¹⁰⁵ Idem, ibidem. p. 300-2.

Luanda, enquanto sua coroa e seu cetro, emblemas reais, foram remetidos a Lisboa à guisa de troféus¹⁰⁶. Junto com o rei, haviam morrido os principais candidatos ao trono, abrindo-se então um complicado processo sucessório que fortaleceu a posição de *Nsoyo*. Depois da batalha, a cidade de São Salvador (*mbanza* Congo) foi à ruína com as linhagens nobres fugindo das guerras sucessórias para outras províncias¹⁰⁷. De todo modo, a maioria, a desestruturação do reino a causas externas, localizando no aumento do número de escravos traficados, na intensificação das guerras regionais e na alteração do equilíbrio entre os poderes tradicionais os principais motivos das guerras civis que assolaram o Congo até o início do século XVIII com o aumento da riqueza produzida na cidade devido à concentração de escravos e tributos, surgiu uma alternativa de aliança entre as linhagens em disputa, que não dependiam mais apenas da linhagem então reinante.

3.2- A cachaça e o tráfico de escravos.

A ocupação holandesa em Angola (1641/48), desarranjou o tráfico para a América Portuguesa. Dessa forma, os comerciantes brasileiros tinham que obter o controle comercial e político da maior cidade – porto do tráfico, Luanda. Junto com aquela cultura, nascia outro produto originado da cana-de-açúcar, mas este já tipicamente brasileiro: a cachaça.

Em sua origem, a cachaça era uma bebida fermentada a partir da espuma que boiava nos tachos em que era fervido o suco da cana para a fabricação do açúcar. Para purificá-lo, a espuma era retirada e servida aos animais com o nome de Cagaça. Não demorou muito para que se descobrisse, muito provavelmente por índios, que a Cagaça, recolhida em potes, fermentava-se ganhando teores alcoólicos. Uma das teorias para o nome de nossa bebida é da evolução semântica da Cagaça, surgindo à denominação Cachaça. Sua origem, como bebida fermentada, está situada entre os anos de 1534 e 1549. A contribuição indígena ganhou o aporte do conhecimento português do processo de destilação e a mão-de-obra negra para sua execução. Nasceu aí o primeiro e típico destilado brasileiro. Tão típico e original quanto a complexa estrutura social que lhe deu vida. Desde então, a cachaça

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*. p. 296-7.

¹⁰⁷ Alberto Costa e Silva, *A manilha e o limbabo: a África e a escravidão de 1500-1700*. pp. 831-6.

acompanhou todas as mudanças ocorridas em cinco séculos de Brasil. Em 1572, a alambicagem da cana-de-açúcar já estava presente em quase todos os engenhos do Brasil.

Levada pelos navegadores, a bebida brasileira começou a fazer sucesso na Europa e na África. Os traficantes de escravos, principalmente os holandeses, a utilizavam junto com o fumo e o açúcar, como moeda de troca para compra de escravos que iam trabalhar na lavoura colonial. Os negros aderiram rapidamente à bebida. Eles a consumiam tanto para suportar as pesadas condições de trabalho, quanto em momentos de alegria e festividades.

Durante sua presença no nordeste brasileiro, os holandeses impuseram um grande aumento da produção de cachaça. O produto era utilizado para o comércio de escravos, enriquecendo os inimigos da Coroa Lusitana. A reação portuguesa veio em 1635 com a proibição da venda do produto. Essa foi a primeira de uma série de infrutíferas tentativas de impedir a produção e o comércio da bebida brasileira. Expulsos do Brasil em 1654, os holandeses levaram a cultura da cana para as Antilhas, dominada pelos espanhóis. Lá, o desenvolvimento deste cultivo produziu uma outra bebida, com características diferentes, destilada a partir do melaço da cana: o rum.

A cachaça é introduzida no comércio de escravos africanos em torno de 1650, competindo com o vinho português. No mais este evento inicia o teatro da disputa luso-brasílica pelo tráfico luandense. Para conquistar o controle, os interesses econômicos brasílicos resumiram-se em dois pontos de ação: proporcionaram razoável capital e pessoal nas expedições lusitanas para a expulsão dos holandeses. Após a expulsão dos holandeses (1648), os brasílicos enviaram seus próprios representantes comerciais à Luanda. Esses agentes comerciais tinham que competir no abastecimento do mercado angolano, através de produtos de consumo barato, como o tabaco de 3ª categoria e a geribita de baixa qualidade¹⁰⁸. Eram apropriados ao mercado angolano, com isso os brasílicos tentaram ganhar o controle sobre o tráfico através de suas mercadorias de produção colonial extensiva na América, dos seus produtos competitivos de baixo custo na produção, devido à distância entre as duas colônias o transporte era mais rápido e barato e à falta de produtos nos navios que intercambiavam no Atlântico Sul deviam ter lastro, e a cachaça era um artefato bastante volumoso. sem concorrência igualitária, era produtos originais.

¹⁰⁸ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.* pp. 307-11.

Os demais produtos brasílicos tinham destinos diferenciados, pois a demanda sobre o tabaco era demasiadamente baixa, enquanto a cachaça saiu-se bem devido ao seu alto teor alcoólico e por ser destilada e não-perecível. A cachaça para os importadores angolistas luandeses foi uma maneira de obter grande suprimento de álcool dentro de seus domínios por um período maior. A cachaça e os pumbeiros tornaram-se conhecidos nos fins de 1650, cronologicamente cada vez mais os africanos aumentavam a demanda pela bebida. Como parte do comércio de cativos. Enquanto isso os comerciantes lisboetas viram seu poder aquisitivo diminuir consideravelmente. Com o aumento do fluxo escravista para a América, as proporções da importação da geribita tornaram-se apreciável.

O aumento da utilização de cachaça no mercado africano, em detrimento dos alcoólicos metropolitanos, levando a coroa a proibição da mercadoria em Angola. A justificativa foi os supostos efeitos morais sobre as populações coloniais. A ilegalidade do produto começou em 08/04/1679 e estendeu-se à 1695. Mesmo neste período, os preços do vinho e da aguardente portuguesa eram maiores que a geribita clandestina. Com a proibição da cachaça, menos cativos eram adquiridos no interior, apesar do contrabando, causando o decréscimo do tráfico atlântico. Apesar disto, as duas vertentes econômicas do Atlântico Sul tornaram-se altamente lucrativas durante a proibição régia, cristalizadas nas firmas comerciais brasílicas e nos traficantes portugueses estabelecidas na ilha de Luanda¹⁰⁹.

A importação ilícita do produto era acobertada pela total corrupção reinante nos escalões administrativos coloniais. Contudo o contrabando da cachaça diminuía o teor alcoólico da bebida, sendo acrescida a geribita água do mar e pimenta, aumentando o lucro dos negociantes. Os inconvenientes da importação na fase proibitiva da geribita eram causados pelo risco de fiscalização, o aumento do preço da mercadoria, a eliminação de receita e impostos do governo colonial africano e ainda pelo contrabando e pelo suborno, a proibição tornou-se na prática uma atividade inviável¹¹⁰.

As desvantagens da provisão régia em ambos os lados do Atlântico do Sul foram o aumento das redes de contrabando, a drástica redução do número de cativos para a América, a diminuição da arrecadação de impostos e a impossibilidade de interromper o tráfico proibido. Dessa forma os fatores que influenciaram a suspensão da provisão régia

¹⁰⁹ Selma Pantoja & José Flávio Sombra Saraiva (org.) *Brasil e Angola nas rotas do Atlântico sul*. pp. 69-71.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*. pp.74-7.

foram à falha do vinho e da aguardente na substituição da cachaça, a associação entre ambos os interesses no sistema colonial sul-atlântico, a percepção que todas as bebidas alcoólicas gravam efeitos morais quando consumidas em excesso e a possibilidade de novo surto econômico na América dada à extração mineral

A suspensão da provisão de 1679 foi favorável as firmas comerciais brasílicas no trato Atlântico. A cachaça chegou a representar 78,4% da importação de bebidas alcoólicas, confirmando sua hegemonia até a suspensão do tráfico, levando os brasílicos a responderem por uma considerável parte do tráfico através desta mercadoria furando o “quase-monopólio português” no setor¹¹¹.

3.3- O messianismo e a supressão do Reino do Congo.

O poder centralizado do Congo foi destruído pelas rivalidades entre as regiões do *Nsoyo* e de São Salvador, acirradas no “período holandês”, pela derrota em Ambuíla e pelas lutas entre as linhagens nobres¹¹². Depois de Ambuíla, toda a nobreza transferiu-se para as províncias, que se tornaram mais autônomas e passaram a escolher seus administradores, independentemente do poder central, pelo qual, no entanto, a disputa era constante. Cada chefe local cercou-se de um grupo de auxiliares, reproduzindo nas províncias as estruturas da corte real e escolhendo seu sucessor. As rivalidades entre as linhagens provocaram guerras permanentes que empobreceram a população em consequência de recrutamentos forçados, destruição de plantações e escravização dos derrotados, vendidos para os comerciantes de Luanda ou para a Loango dos mercadores. *Nsoyo*, a mais forte província, cuja capital teve a população dobrada entre 1645 e 1700, quando contava com cerca de 30.000 habitantes, desenvolveu-se muito nesse período, beneficiando-se dos escravos trazidos de São Salvador, em ruínas. A intenção de *Nsoyo* era manter um rei fantoche no poder, servindo aos interesses da nobreza local, e, para tal, apoiava algum pretendente ao trono o suficiente para lá colocá-lo, mas não o suficiente para que se fortalecesse no cargo. No entanto, a crise política, qualificada por alguns como verdadeira “anarquia”, tomou

¹¹¹ Idem, *ibidem*. pp.94-5.

¹¹² Luiz Filipe de Alencastro. *op. cit.* pp.

conta do reino congolês. Entre 1665 e 1694, houve nada menos do que 14 pretendentes à coroa do reino, alguns com sucesso, outros nem tanto, e muitos deles assassinados. No final dos seiscentos, o Congo possuía três reis, sendo D. Pedro IV o mais poderoso deles, aparentemente, e talvez o único capaz de levar adiante um projeto de reunificação congolês.

Neste contexto, o messianismo congolês tomou suas formas mais extremadas, personificadas na hierarquia da seita antonionista. A fundadora da “seita” foi a jovem aristocrata *Kimpa Vita*, nascida de família nobre congoleza na década de 1680, batizada Dona Beatriz, mulher que fora sacerdotisa do culto de embora educada no catolicismo. *Kimpa Vita* contava entre 18 e 20 anos quando, cerca de 1702-1703, acometida de forte doença, disse ter falecido e depois ressuscitado como Santo Antônio. E seria como Santo Antônio que *Kimpa Vita* pregaria às multidões do reino - daí o movimento ter ficado conhecido como antonianismo -, seguindo o rastro de outras várias profetisas que lhe precederam na mesma tarefa, como a *Mafuta*, em meio à crise que assolava o reino¹¹³.

A pregação de *Kimpa Vita* possuía forte conotação política. Preconizava o retorno da capital a São Salvador e a reunificação do reino, chegando mesmo a envolver-se nas lutas facciosas da época. Melhor exemplo disso ocorreu quando de sua chegada a São Salvador, onde encontrou Pedro Constantino da Silva, nobre militar enviado por D. Pedro IV, a quem proclamou “Rei do Congo” em troca de sua adesão ao antonianismo. Assegurou-se ainda, por meio de vários acordos, da aliança de famílias nobres adversárias de D. Pedro, a exemplo dos grupos de *Kimpanzu*, especialmente da família Nóbrega, enraizada no sul da província de *Nsoyo*. As alianças estabelecidas por *Kimpa Vita*, metamorfoseada em Santo Antônio, mas não eram resultados de cálculos políticos. A ancoravam-se numa cosmologia complexa e peculiar que, analisadas sucintamente pelo historiador inglês Charles Boxer sobre o movimento antoniano como “uma modalidade remodelada e completamente africanizada do cristianismo”¹¹⁴.

Com efeito, o movimento antoniano confirma, antes de tudo, o êxito do processo de cristianização do Congo inaugurado no século XV e cristalizado sob o reinado de Afonso I na primeira metade do século XVI. O Deus dos antonianos era, sem dúvida, o Deus cristão, o Deus dos missionários, com o qual *Kimpa Vita* dizia jantar todas as sextas-feiras, após

¹¹³ Charles Ralph Boxer. *A Igreja militante e a expansão ibérica*. p.131.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*. p.132.

“morrer”, para “ressuscitar” no dia seguinte. Santo Antônio, por outro lado, santo muito valorizado na obra missionária realizada no Congo, era a personagem assumida pela profetisa, por ela chamado de “segundo Deus”. Africanizando o catolicismo, “a Santo Antônio congoleza” dizia que Cristo nascera em São Salvador, a verdadeira Belém, e recebera o batismo em *Nsundi*, a verdadeira Nazareth. Afirmava ainda que a Virgem Santíssima era negra, filha de uma escrava ou criada do Marquês de *Nzimba Npanghi* e que São Francisco pertencia ao clã do Marquês de Vunda.

O catolicismo do movimento antoniano era, portanto, muitíssimo original, implicando uma leitura banto da mensagem cristã. Modelava-se, em vários aspectos, na ação pedagógica dos missionários, mas condenava o clero oficial, sobretudo os missionários estrangeiros, aos quais acusava de “haverem monopolizado a revelação e o segredo das riquezas para exclusiva vantagem dos brancos” em prejuízo dos “santos negros”. Rejeitou, igualmente, boa parte dos sacramentos católicos: o batismo, a confissão, o matrimônio, ao menos no tocante à liturgia e aos significados oficiais, abrindo caminho, no caso do matrimônio, para a restauração legitimada da poligamia. Adaptou, ainda, certas orações católicas, a exemplo da Ave -Maria e sobre tudo do Salve Rainha. Proibiu, ainda, a veneração da cruz, esse grande *nkisi* católico-bakongo, em razão de ter ela sido o instrumento da morte de Cristo.

Kimpa Vita prometia a todos os que aderissem à sua pregação uma próxima “idade de ouro”, e não apenas no sentido figurado, pois dizia que as raízes das árvores derrubadas converter-se-iam em ouro e prata e que das ruínas das cidades surgiriam minas de pedras preciosas. Prometia, ainda, tornar fecundas as mulheres estéreis e outras mil bem-aventuranças, granjeando imenso apoio popular. Não se escusava, porém, de ameaçar os reticentes com as piores penas, incluindo a de transformá-los em animais. Organizou para tanto uma verdadeira igreja antoniana, um clero, onde pontificavam outros santos, como São João¹¹⁵, uma plêiade de sacerdotes denominada de “os antoninhos”, que saíam a pregar a excelência da nova igreja e o poder político e apostólico “da Santo Antônio” que a chefiava. *Kimpa Vita* despertou obviamente a ira dos missionários capuchinhos e das facções nobres adversárias do antonianismo e postulantes do poder real.

¹¹⁵ Joseph Ki-Zerbo, op. cit. p.422.

O próprio D. Pedro IV, de início cauteloso e hesitante em reprimir o movimento, terminou por ceder às pressões dos capuchinhos italianos, ordenando a prisão da profetisa e de São João, “o anjo da guarda” da profetisa que os frades diziam ser seu amante. O estopim ou pretexto que levou à prisão de *Kimpa Vita* teria sido a acusação de que tinha um filho recém-nascido, cujo choro teria sido ouvido enquanto ela o amamentava em segredo, do que resultara o seu desmascaramento como “falso Santo Antônio”¹¹⁶. *Kimpa Vita* foi presa, sabatinada pelo capuchinho Bernardo Gallo e condenada a morrer na fogueira como herege do catolicismo. A sentença foi executada em 1706¹¹⁷ e na fogueira arderam Kimpa Vita e seu “anjo da guarda” – o Santo Antônio e o São João do catolicismo congolês. A partir de 1718, os clãs *Kimulaza* e *Kimpazu* se revezavam no trono congolês que a muito não representava o fausto da chegada dos europeus, e sim mais um simples instrumento da política luso-brasílica de controle das áreas de fornecimento de cativos.

Conclusão.

¹¹⁶ Idem, ibidem. p. 423

¹¹⁷ Idem, ibidem. p. 424.

A formação de um espaço econômico bipolar entre os enclaves portugueses na América e na África, baseados no comércio e na guerra em nome do lucro ampliam o raio de atuação do colonato brasílico e privilegiam uma autonomia do comércio bilateral em relação à metrópole lusa. Contudo, as articulações geopolíticas entre Angola- América portuguesa- metrópole vislumbram-se na dupla restauração, a metropolitana (1640) e a colonial (1648 e 1654). Este imaginário político que deu corpo a este discurso, baseado na pretensão de que o colonato brasílico deviam ser considerados súditos políticos do rei português por lhe terem restituído o domínio da colônia, funda-se numa nova concepção contratual, que não era estranha à teoria do direito ibérico no *Ancien régime*. Tampouco, esta prática, era estranha aos seus vassallos reinóis ou ultramarinos.

Em contrapartida à demonstração de empenho e vassalagem na manutenção e na defesa do Império, os brasílicos reivindicavam para si uma série de distinções e um acesso privilegiado ao governo nas conquistas. Ao retribuir o feito dos seus vassallos, a Coroa reafirma o pacto político que unia os súditos, reinóis e coloniais, a si própria, tecendo as malhas da soberania portuguesa sobre o Império ultramarino. As classes dirigentes apresentam-se como produto de redes e interesses comerciais e políticos, que lhe teceram não apenas a geografia, mas também a soberania.

A introdução de produtos tipicamente coloniais brasílicos no mercado de escravos angolano, após a dupla restauração, resultou no reforço das relações bilaterais entre as duas possessões portuguesas. A cachaça, por exemplo, foi a moeda de troca mais utilizada para a aquisição de braços escravos durante mais de duzentos anos, representando a preponderância brasílica nas costas africanas, para o suprimento emergencial de uma economia baseada neste tipo de mão-de-obra.

V- Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

AMADO, Janaína. & **FIGUEIREDO**, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. 1º edição, São Paulo: editora Atual, 1999.

ANDERSON, Perry. *As linhagens do Estado Absolutista*. 3ª edição, São Paulo: editora Brasiliense, 1995.

BARRETO, Luis Filipe. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983,

BARROS, José D'Assunção. *Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: editora Vozes, 2004.

BETHELL, Leslie. *História da América latina: a América latina colonial*. Volume I, 2ª edição, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *História da América latina: a América latina colonial*. Volume II, 2ª edição, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BIRMINGHAM, David. *História de Portugal: uma perspectiva mundial*. Lisboa: editora Terramar, 1993.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno (1492-1800)*. Rio de Janeiro: editora Record, 2003.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 2000.

_____. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)* Lisboa: edições 70, 1978.

_____. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. *Salvador Correia e Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: editora Nacional, 1973.

_____. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: editora Nacional, 1961.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. Volume 2, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. Volume 3, Lisboa: editorial Teorema, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*.

_____. & **VAINFAS**, Ronaldo (org). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 7ª tiragem, Rio de Janeiro: editora Campus, 1997.

DELGADO, Ralph. *História de Angola (1482-1607)* Volume I, Luanda: editora do Banco de Angola, 1946.

_____. *História de Angola (1607-1648)*. Volume II, Luanda: editora do Banco de Angola, 1946.

FAGE, Jonh. *A História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências - séculos XIII-XX*. 1ª edição, Lisboa: editorial Estampa, 1996.

FRAGOSO, João., **BICALHO**, Maria Fernanda de. & **GOUVEA**, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*, S. Paulo: Haucitec, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Editora Nacional, 2001.

GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola (1582-1663)*. São Paulo: editora Perspectiva, 1982.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: editora Ática, 1978.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Volume I, Lisboa: editora Europa-América, 1972.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial*. Volume I, 5ª edição, Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. *História geral da civilização brasileira: administração, economia e sociedade*. Volume II, 4ª edição, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

MARQUES, Oliveira, *História de Portugal*, vols. I e II. Lisboa, Palas Editores, 1983.

_____. *Breve História de Portugal*. Lisboa: editorial Presença, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*. 2ª edição, Rio de Janeiro: editora Toopboks, 1998.

_____. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. 2ª edição, Rio de Janeiro: editora Toopboks, 1997.

NIANE, N.T. (org). *História Geral da África, do século XII ao XVII*. São Paulo: editora Ática/ Unesco, 1988.

PANTOJA, Selma e **SARAIVA**, José Flavio Sombra (org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1999.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da Rinha Jinga (século XVII)*. Lisboa: editorial Estampa, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Historia econômica do Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.

RAMOS, Fabio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: editora Contexto, 2004.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. “De Varnhagem à F.H.C.”* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARAIVA, José Armando. *História de Portugal*. Lisboa: publicações Alfa, 1993.

SILVA, Alberto Costa e. *A manilha e o limbabo: a África e a escravidão de 1500-1700*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 2002.

SIMONSEN, Roberto Cocharne. *História econômica do Brasil (1500-1820)* São Paulo: editora Nacional, 1977.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª edição. Bauru: EDUSC, 2001.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de Sociologia histórica*. Lisboa: editorial Estampa, 1996.